

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Papel da capacitação em processos de cogestão - caso de estudo
Lagoa de Óbidos

João Maria Mendonça Neves Alves Ribeiro

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora: Doutora Carla Sofia Mouro, Investigadora integrada,
Centro de Investigação e Intervenção Social (Cis-Iscte), Iscte
Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Rita de Sousa Braga e Sá,
Coordenadora do Programa de Oceanos e Pescas, Associação
Natureza Portugal em associação com a WWF (ANP|WWF)

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Papel da capacitação em de processos de cogestão- caso de estudo Lagoa de Óbidos

João Maria Mendonça Neves Alves Ribeiro

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora: Doutora Carla Sofia Mouro, Investigadora integrada, Centro de Investigação e Intervenção Social (Cis-Iscte), Iscte Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Rita de Sousa Braga e Sá, Coordenadora do Programa de Oceanos e Pescas, Associação Natureza Portugal em associação com a WWF (ANP|WWF)

Outubro, 2023

À memória dos meus avós paternos e do meu avô materno

Aos meus pais e irmã

Agradecimentos

Primeiramente, gostava de agradecer a todos os meus familiares que sempre estiveram ao meu lado neste percurso, especialmente aos meus pais, que foram os grandes responsáveis pela motivação desta tese de mestrado. Quero agradecer ainda à minha irmã que sempre me deu um apoio especial no fim deste capítulo.

Quero agradecer minha namorada Ana, que viveu de perto esta fase complicada e muito desafiante para mim.

Deixo um agradecimento especial aos meus avós que sempre me apoiaram na minha vida académica e em especial ao meu avô Fernando que partiu a meio deste percurso.

A todos os meus professores, que fizeram parte da minha vida académica e que foram uma peça importante no meu crescimento.

Por fim, à minha orientadora, Carla Mouro e à minha co-orientadora Rita Sá pelo apoio e pela paciência que tiveram ao longo deste percurso. Quero ainda agradecer à Cátia Nunes por toda a motivação transmitida ao longo deste percurso desafiante para mim.

Um grande Obrigado a todos.

Resumo

Nas últimas décadas os modelos de governança têm vindo a sofrer diversas alterações. Com a necessidade de diminuir a contestação das comunidades aos modelos de gestão adotados, passou-se a tentar trabalhar com base no envolvimento e participação de vários *stakeholders*. A cogestão é um modelo de governança participativo que pretende envolver representantes da comunidade, cientistas, autoridades, sociedade civil, passando assim a ser feita uma gestão partilhada dos recursos. A fase inicial destes processos participativos pode, no entanto, trazer vários desafios na que toca à motivação, autonomia e conhecimento. A capacitação pode trabalhar tanto a nível individual, como a nível da comunidade, permitindo que a comunidade se motive a estar mais ativa na tomada de decisão. A presente investigação partiu da análise de dados recolhidos através de entrevistas a 14 *stakeholders*-chave da comunidade da Lagoa de Óbidos. Com este trabalho, pretendeu-se analisar as percepções da comunidade local em relação a uma possível implementação de um processo de cogestão e refletir de que forma a capacitação pode melhorar a participação da comunidade em processos de governança. De acordo com os resultados obtidos, a cogestão foi apontada como sendo uma possível solução para se ultrapassar algumas dificuldades apontadas à atual a governança da lagoa . A capacitação foi referida como uma das ferramentas chave para o desenvolvimento de um modelo participativo, ajudando a promover momentos de discussão entre vários *stakeholders*. Concluindo, a valorização da comunidade nos processos de conservação da natureza pode facilitar a implementação de uma governança mais participativa.

Palavras-chave: Capacitação; Cogestão; Empoderamento; Governança; Lagoa de Óbidos.

Abstract

Since 1980 that management model has undergone several changes. In the last decades, management models have suffered several changes, with the need to reduce community's opposition to the adopted management models, attempting to work on the basis of involvement and participation of several *stakeholders*.

Co-management is a participative management model that intends to engage community representatives, scientists, authorities, civil society, becoming a shared management. The initial phase of a participatory process may bring many challenges regarding motivation, autonomy and knowledge. Capacitation allows to work both on an individual level and on a community level. This process allows the community to be more motivated and active in the decision making process. This investigation started with the analysis of data gathered through interviews of 14 key-stakeholders from the Óbidos' Lagoon community. With this work, we intended to analyze the perceptions of the community regarding the possible implementation of a co-management process and to reflected about how capacitation can improve community participation in a management process. Results showed that the Óbidos' Lagoon community thinks that there is a disorganization in the way local management is made, and co-management was pointed as one of the possible solutions. Capacitation is referred to as one key-tool to a participatory model, promoting the discussion among *stakeholders*. In conclusion, valuing the community in nature conservation processes can facilitate the implementation of a more participatory management process.

Keywords: Capacity building, Co-management, Empowerment, Governance, Óbidos Lagoon

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice	vii
Índice de Figuras.....	ix
Glossário de Acrónimos	xi
Capítulo 1 - Introdução.....	1
Capítulo 2 - Revisão de Literatura.....	4
2.1 A Governança dos recursos naturais.....	4
2.2 Cogestão em pescas	8
2.2.1 Introdução à cogestão	8
2.2.2 Cogestão em Pescas.....	9
2.2.3 Cogestão de pescas no contexto português.....	11
2.3 Capacitação.....	13
Capítulo 3 - Metodologia.....	17
3.1 Caracterização da Lagoa de Óbidos e suas atividades.....	17
3.2 Desenho da pesquisa.....	20
3.3 Caracterização da amostra	20
3.4 Método de recolha de dados	21
3.5 Métodos de Análise de dados	23
Capítulo 4 - Análise de dados.....	24
4.2 Apresentação de resultados.....	24
4.2.1 Governança	24
4.2.2 Cogestão	30
4.2.3 Capacitação.....	33
Capítulo 5 - Discussão	35
5.1 Principais Conclusões.....	35
5.2 Limitações e pesquisa futura	41
Referências Bibliográficas.....	43

Anexo A- Mapa da Lagoa de Óbidos	47
Anexo B- Guião de entrevista.....	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Bateira © Ana Aresta / ANP|WWF**Erro! Marcador não definido.**

Glossário de Acrónimos

AMP - Área Marinha Protegida

ANP|WWF - Associação Natureza de Portugal | World Wild Fund for Nature

APMALO - Associação de Pescadores e Mariscadores Amigos da Lagoa de Óbidos

CCMAR - Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

EDF - Environmental Defense Fund (Fundo da Defesa do Ambiente)

DMR - Marine Department of Marine Resources (Departamento de Recursos Marinhos)

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

MARE - Marine and Environmental Sciences Centre (Centro de Ciências Marinhas e do Ambiente)

OMMFRI - Reserva Marinha de Interesse Pesqueiro, os Minarzos

OA - Fundação Oceano Azul

ONGA - Organização Não Governamental de Ambiente

ONG - Organização Não Governamental

RNB - Reserva Natural das Berlengas

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

Capítulo 1 - Introdução

Desde 1980, tem-se assistido a uma maior valorização de processos participativos e colaborativos na área da conservação da natureza (Bennet *et al.*, 2017; Berkes, 2004). O investimento tem sido na alteração de paradigma para se tornar mais centrado na comunidade, em que os direitos fundamentais desta são respeitados, e as relações de confiança são co-construídas entre as comunidades locais, agentes do Estado e sociedade civil em várias esferas de ação (Armitage *et al.*, 2019). Os modelos de governança participada, de que é exemplo a cogestão, pretendem responder às dificuldades e lacunas em relação ao envolvimento das comunidades passando assim a colocar as comunidades num papel colaborativo (Armitage *et al.*, 2019; Prado, 2022). Procura-se assim alternativas que ajudem a reverter percepções das comunidades de que nos locais onde habitam não são reconhecidos os seus interesses e modos de vida, levando à contestação e ao afastamento das comunidades das agendas de proteção da biodiversidade (Armitage *et al.*, 2019; Mouro *et al.*, 2018; Prado, 2022).

Deste modo, num sentido mais lato, a governança centrada na gestão e exploração de recursos naturais refere-se ao modo pelo qual a sociedade se reúne para tomar decisões sobre a biodiversidade e recursos naturais (Armitage *et al.*, 2019). Quando analisamos a governança através de um sistema social, esta inclui populações indígenas, famílias, instituições formais e informais ou territórios; já numa sociedade organizada esta pressupõe leis e normas (Armitage *et al.*, 2019). Os processos de governança com base num sistema social podem ser iniciados de baixo para cima, como Chuenpagdee & Jentoft (2007) defendem. Segundo estes autores os processos de governança implicam uma interação entre os *stakeholders* no processo de formação de políticas, porque é algo que o Estado não faz sozinho mas sim com a colaboração de diversos *stakeholders* que representem autoridades, a sociedade civil, cientistas. Armitage *et al.* (2019) acrescentaram que as estratégias de governança de baixo para cima pretendem que as comunidades locais se encontrem diretamente ligadas à tomada de decisão.

A cogestão de pesca é um exemplo desse envolvimento das comunidades em processos de governança. A cogestão é definida como um processo de governança onde deve existir partilha de poder equitativo entre a comunidade, cientistas, governo e autoridades, e em que as interações entre governo e comunidades sejam reconhecidas (Armitage *et al.*, 2019; Chuenpagdee & Jentoft, 2007). Segundo o relatório do projeto Co-Pesca (WWF, 2015), a cogestão de pesca é vista como forma

de incentivar a participação de um grupo de diversas partes interessadas na construção de iniciativas que contribuam para a gestão sustentável das pescarias. Assim, assume-se que para que a cogestão de pesca apresente sustentabilidade em todo o seu processo é necessário envolver membros das comunidades locais, designadamente pescadores, mas também outros atores com atividades profissionais e lúdicas relevantes, ONGAs, cientistas e instituições governativas.

Para que as comunidades tenham uma voz mais ativa na tomada de decisão, da qual têm tradicionalmente estado afastadas, é também necessária a conjugação entre capacitação e a cogestão (Jentoft, 2005). Segundo Jentoft (2005), a capacitação encontra-se na base da cogestão, pois a capacitação tem como objetivo informar e desenvolver competências e conhecimentos para todas as partes, podendo desta forma capacitar para o envolvimento de diferentes agentes na tomada de decisão. A capacitação é uma forma de habilitar as pessoas de modo a que estas tenham maior controlo sobre a sua vida (Jentoft, 2005). Estes processos de capacitação potenciam o desenvolvimento de pessoas mais habilitadas a participar, partilhar conhecimento e influenciar as tomadas de decisão sobre a gestão de pescarias ou outras áreas de atividade que influenciam aquela comunidade (Pomeroy *et al.* 2001; Barbosa 2017).

O projeto Co-Pesca (WWF, 2015) considerou a Lagoa de Óbidos com potencial para a cogestão ser implementada. Em 2015, por variadas razões, optou-se por avançar para o processo de cogestão da apanha do percebe da Reserva Natural das Berlengas e a Lagoa de Óbidos acabou por ficar em *stand by* mas nunca esquecida em todo o processo.

Em 2021, a Lagoa de Óbidos voltou a ser identificada como com interesse para a cogestão devido ao projeto NIPOGES¹. Segundo a WWF (2015), a lagoa apresentou três fatores que podem influenciar o avanço da cogestão no local: 1) o envolvimento e interesse dos pescadores, 2) a existência de estudos científicos e o envolvimento de cientistas e 3) um forte apoio político. No ano de 2022, a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) criou a Comissão de Acompanhamento para as pescarias da Lagoa de Óbidos². No entanto, as comissões de acompanhamento são apenas consultivas e, ao contrário de um processo de cogestão, não aplicam medidas de gestão.

¹ Saber mais em <https://ameijoajaponesa.com/>

² Portaria n.º 238/2022 de 15 de setembro.

A realização desta dissertação teve como objetivo analisar as percepções da comunidade da Lagoa de Óbidos sobre a cogestão e como a capacitação poderá contribuir para permitir que os diferentes grupos e atores da comunidade tenham um papel mais ativo na tomada de decisão.

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos principais:

O primeiro capítulo corresponde à revisão da literatura, dividida em três capítulos: “A Governança dos recursos naturais”, que aborda a evolução da governança ao longo dos anos e quais e como os modelos participativos podem promover uma maior participação das comunidades; no segundo subcapítulo foi analisado o tema da cogestão, iniciando-se por uma introdução ao conceito, de seguida do tema “Cogestão em pesca” onde foram selecionados dois exemplos de cogestão das pescas a nível mundial e, por último, a situação da cogestão em pescas no contexto português . No último subcapítulo, foi analisado o tema da “Capacitação”, onde o objetivo foi perceber que ferramentas podem ser desenvolvidas junto das comunidades para que estas sejam empoderadas.

O terceiro capítulo, referente à metodologia da investigação, foi dedicado à caracterização do local de estudo, a Lagoa de Óbidos, seguido da descrição do desenho de pesquisa, caracterização da amostra e recolha de dados.

O quarto capítulo, referente à Análise de Dados com base na questão de investigação, foi focado nos padrões de resposta encontrados por tema do enquadramento teórico.

Por último, no capítulo cinco os temas apresentados foram sintetizados e discutidos à luz do enquadramento teórico, foram analisadas as limitações da pesquisa e quais as contribuições para uma futura pesquisa.

Capítulo 2 - Revisão de Literatura

2.1 A Governança dos recursos naturais

Armitage *et al.* (2009) definem governança como “interações públicas e privadas levadas a cabo de modo a responder a desafios e criar oportunidades dentro da sociedade. Assim, a governança inclui o desenvolvimento e aplicação de princípios, regras, normas e habilita instituições que orientam as interações públicas e privadas” (pg. 96, tradução do autor). Durante as últimas décadas, os esforços de conservação e preservação da natureza e dos serviços dos ecossistemas, bem como na gestão de recursos naturais, focaram-se na criação de políticas e enquadramentos legais que aplicassem medidas de proteção em determinadas áreas (Armitage *et al.*, 2019; Hermoso *et al.* 2022).

Segundo Armitage *et al.* (2019), desde 1980 as tentativas de integrar o papel e interesses da comunidade na conservação atraíram um amplo apoio, sendo que a partir de 1990 este tipo de governança começou a ter um papel importante no panorama da governação local em vários países. Ainda os mesmos autores referem que uma das limitações à forma como foram abordados estes temas se relacionava com o facto destes planos de gestão serem concebidos de forma pouco inclusiva, mantendo a comunidade num papel consultivo.

Esta forma de governar entrava em conflito com as formas tradicionais de designação e gestão das áreas protegidas, onde a não existência de populações era considerado um passo importante para a conservação (Armitage *et al.*, 2019). Para Armitage *et al.* (2019), uma das principais lacunas da implementação das áreas protegidas, era a não inclusão dos direitos das comunidades e dos seus interesses e prioridades sobre o local de intervenção.

Armitage *et al.* (2019) referem que estratégias de cima para baixo que ignoram as populações acabam por ficar limitadas na sua capacidade de atuação, uma vez que são colocados de parte os conhecimentos das comunidades sobre o local, as suas crenças, os valores e outras variáveis que podem contribuir para melhores decisões. Estes autores defendem assim que as comunidades locais encontram-se ligadas de forma direta à conservação da natureza, pois todos os processos referidos anteriormente são de extrema importância para o desenvolvimento de políticas de intervenção concretas e irão ter um impacto positivo na comunidade (Armitage *et al.*, 2019). Chuenpagdee & Jentoft (2007), por sua vez, defendem que os processos de governança para gestão de recursos

naturais também se podem iniciar de cima para baixo dependendo das relações já existentes e dos processos de interação entre os intervenientes.

A liderança centrada na comunidade permite que os líderes locais trabalhem na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais através de uma governança multinível, (Armitage *et al.*, 2019), em que os direitos da comunidade são reconhecidos e respeitados e incluídos na tomada de decisão. Segundo Prado (2002), as questões identitárias passam a estar no centro da discussão quando se aborda o envolvimento das comunidades em processos de liderança, salientando que o sentido de pertença, os valores e as crenças são precondições para o sucesso do trabalho colaborativo. Referido por Chuenpagdee & Jentoft (2007), a importância de perceber quais são as partes interessadas, quem participa e de forma se quer capacitar, quais as mais valias que trazem e que questões levantam, como negociam e trabalham à volta dos interesses do grupo, são todas questões a serem trabalhadas num modelo participativo.

Armitage *et al.* (2019) defendem que são possíveis diversas abordagens de governança, como a reguladora ou a cooperativa, orientadas para a comunidade, incluindo uma abordagem multinível onde as preocupações da comunidade são colocadas no centro. Algo em comum entre estas formas de governança é o papel central da comunidade, pois destes processos esperam-se resultados positivos a longo prazo e resilientes para a proteção da biodiversidade. Para que as soluções de conservação da natureza perdurem é necessário que as suas metas sejam continuamente readaptadas com as contribuições das comunidades envolvidas e relacionadas com os locais de importância ecológica e cultural (Armitage *et al.*, 2019).

Para Prado (2002), as redes sociais para a governança colaborativa podem ser representadas por interações institucionais transversais, verticais ou horizontais, formais (onde a comunidade recebe apoio jurídico, apoio financeiro e capacitação), ou informais (onde a troca de conhecimento é a base do trabalho). O autor defende ainda que o objetivo deste processo é que estas ações possibilitem que os indivíduos melhorem a sua qualidade de vida.

Para que ocorra a melhoria da qualidade de vida e a inclusão das comunidades na tomada de decisão, Armitage *et al.* (2019) defendem a aplicação de cinco princípios base de governança para a conservação da biodiversidade centrada na comunidade no pós 2020:

O primeiro princípio relaciona-se com a construção de redes multiníveis e relacionamento colaborativo para co-produzir soluções de conservação da natureza que forneçam resultados tanto a nível ecológico como a nível social. Este princípio ganhou relevo devido ao insucesso verificado

em ações de conservação sem envolvimento da comunidade (Armitage *et al.*, 2019). Assumindo que apenas o conhecimento científico não traz resultados positivos do ponto de vista da governança, diferentes autores, como Bennet *et al.* (2007), defendem a co-produção de conhecimento com uma participação significativa por parte da comunidade. Esta ponte entre comunidade e atores externos depende de uma comunicação clara e transparente entre todos os parceiros (Ainsworth *et al.*, 2020; Prado, 2022).

O segundo princípio passa pela promoção da equidade e reconhecimento das mulheres como agentes de mudança. As mulheres desempenham muitas vezes papéis subvalorizados em profissões ligadas à natureza mas têm um papel fundamental na criação de cadeias de valor, contribuindo, por exemplo, na apanha de pescado, processamento do peixe, venda, arranjo de redes, limpeza, entre outras tarefas (Karolagama *et al.*, 2017). É considerado que o valor que as mulheres acrescentam às cadeias de valor, tanto a nível cultural, ecológico e económico em relação à proteção e utilização dos recursos, é transversal aos vários problemas com que os esforços de conservação pós-2020 se debatem (Armitage *et al.*, 2019); é também referido que as pescadoras dedicam mais tempo às iniciativas de conservação e promovem um maior nível de sensibilização ambiental, tendo assim uma grande importância na conservação do ecossistema (Karolagama *et al.*, 2017). Os autores Armitage *et al.* (2019) e Karolagama *et al.* (2017) referem a necessidade de trazer a questão da igualdade e da equidade para a agenda de conservação, uma vez que a inclusão de mulheres em nichos de mercado relacionados com a conservação da natureza traz vantagens negociais para processos de governança onde a comunidade é o centro.

O terceiro princípio remete para a reparação e a reconciliação. Este princípio tem como base o trabalho em conjunto para o restabelecimento de confiança entre as comunidades e outros atores de conservação. Para o modelo pós 2020 proposto por Armitage *et al.* (2019), o mais relevante é analisar de que forma as comunidades esperam trabalhar em conjunto com as estruturas de conservação. Algo que traz alguma insegurança à comunidade prende-se com o facto de o conhecimento local ser transmitido oralmente em vez de ser trabalhado em parceria com cientistas, não ficando assim registado e tendo mais limitações em chegar a toda a comunidade envolvida na conservação do local (Ainsworth *et al.*, 2020). Segundo Armitage *et al.* (2019), devem ser exploradas formas de trabalhar para a resolução de tensões e de ganhar a confiança da comunidade. A solução pode estar relacionada com a forma como a comunidade é envolvida na produção de

conhecimento, considerando o envolvimento do conhecimento local na produção de informação científica com o apoio de investigadores. (Ainsworth *et al.*, 2020 *apud* Charles *et al.*, 2020).

O quarto princípio remete para uma abordagem baseada no reconhecimento dos direitos das comunidades locais. Assim, as comunidades deveriam ter um papel determinante em relação ao que acontece nas suas terras, o que poderia levar a uma melhoria de relações entre as várias partes interessadas (Salerno *et al.*, 2020). Um dos exemplos discutidos por Armitage *et al.* (2019) é a gestão dos governos pós-apartheid na África do Sul, onde foi necessário melhorar as condições de vida da população mas também trabalhar em prol da conservação da natureza. A criação de zonas protegidas levou ao aumento de tensões, pois muitas delas estavam adjacentes a comunidades locais. Um dos exemplos foi a criação de uma Área Marinha Protegida (AMP) em 2008 que não protegia os direitos da comunidade. Depois de um trabalho conjunto entre cientistas, ONGs e a comunidade, o governo reconheceu aquele local como essencial para os direitos socioeconómicos e culturais da comunidade. Em suma, definir com clareza os direitos de acesso e decisão aumenta a transparência, reconhece os interesses das partes interessadas, podendo reduzir conflitos e impulsionar e implementar os esforços para a conservação no pós 2020.

Por último, o princípio do respeito e da revitalização das instituições locais e tradicionais. Os autores referem que ao longo do tempo se continua a verificar uma abordagem de governança centrada no Estado e que é necessário alinhar esforços para que as instituições locais tenham um papel importante na criação de regras e capacidade para trabalhar na mudança de leis locais que tenham como papel central na conservação da natureza (Armitage *et al.*, 2019; Prado 2022).

Segundo Walczak & Levine (2016), o governo de Zanzibar promoveu nos últimos anos o envolvimento de todos os cidadãos na tomada de decisão sobre o turismo na sua área, pois este tem um impacto direto nas suas atividades. Apesar da importância da inclusão da comunidade no centro da tomada de decisão como é referido por Armitage *et al.*, e Chuenpagdee & Jentoft (2007) é descrita uma incompatibilidade entre as pretensões do governo e a forma como os habitantes querem que a mesma seja gerida. O governo decidiu permitir a presença de *kitesurfers* num local onde eram desenvolvidas atividades importantes para a subsistência da comunidade, o que levou à origem de conflitos de gestão de espaço e de impacto direto nos recursos.

Concluindo, segundo Armitage *et al.* (2019), a aplicação destes cinco princípios permitirá criar uma governança centrada na justiça social, conservação da natureza, populações locais e o estabelecimento de parcerias entre os diversos *stakeholders*. Mas os processos de governança não

podem ser classificados como perfeitos ou estáticos, sendo dependentes de fatores externos como contexto histórico, contexto local e entidades envolvidas no processo (Prado, 2022). Assim, é importante para cada processo de governança ter em conta fatores externos que vão ter influência na forma de trabalhar com a comunidade. É importante perceber também qual o melhor modelo de governança a ser implementado naquele local e de que forma a comunidade pode envolver-se e sentir-se capacitada nas tomadas de decisão em todo o processo.

No ponto seguinte vai ser discutido o modelo da cogestão e de que forma a comunidade desempenha um papel central neste modelo participativo. Vão ser dados dois exemplos de cogestão e quais as particularidades de cada exemplo. Por último, vai ser abordada a história da cogestão das pescas em Portugal.

2.2 Cogestão em pescas

2.2.1 Introdução à cogestão

A cogestão pode ser conceptualizada como uma forma de governança, que embora baseada na aprendizagem sucessiva, também procura estabelecer ligações e partilhar direitos e deveres entre diferentes *stakeholders* (Islam *et al.*, 2018).

Aplicada à conservação da natureza, Berkes (2009) define cogestão como uma abordagem à gestão de recursos naturais, na qual se requer uma ação conjunta de vários *stakeholders*. Pode ser aplicada em casos de gestão de recursos naturais como recursos pesqueiros, florestais, hídricos, vida selvagem e áreas protegidas.

Segundo Chuenpagdee & Jentoft (2007), um processo de cogestão parte de uma natureza interativa na formação de políticas. Num modelo de cogestão, o governo local não pode trabalhar de forma isolada mas antes para um envolvimento efetivo de *stakeholders*.

Um dos pontos a ser trabalhado deverá ser a motivação dos diferentes intervenientes e os interesses que possam entrar em conflito. Como salientado pelos autores, uma das principais dificuldades na investigação em governança é perceber como é que a pré-implementação e implementação do processo evoluem (Chuenpagdee & Jentoft, 2007). Ou seja, perceber quem são os utilizadores e *stakeholders*, quem participa e de que forma, quem quer o quê e porquê, que valências trazem e que exigências fazem, que estratégias utilizam para alcançar os seus interesses,

como comunicam, negociam e como decidem os objetivos e procedimentos a utilizar (Chuenpagdee & Jentoft, 2007).

Como um processo de cogestão é construído através de parcerias, na sua fase inicial é fundamental prepará-las, construí-las e consolidá-las, assegurando que o processo decorre de forma a que se identifiquem *stakeholders* chave e que levem o processo em frente. (Chuenpagdee & Jentoft, 2007). Um modelo de cogestão tem também o poder de trabalhar a resiliência e a adaptação de uma comunidade, ou seja, se tem capacidade de antecipar e ajustar-se a mudanças (Mcgreavy *et al.*, 2018).

2.2.2 Cogestão em Pescas

Este capítulo irá abordar o tema da cogestão em pescas, dando relevo a dois casos práticos de contextos diferentes, um mais afastado da realidade portuguesa (nos Estados Unidos da América) e outro mais próximo (em Espanha) mais enquadrado com a realidade portuguesa.

No passado, em que os recursos eram mais abundantes e as pressões de mercado menos exigentes, as comunidades piscatórias concentravam-se principalmente em garantir a subsistência dos seus membros sem pensar no futuro da pesca naquela comunidade (Raicevich, 2018). No entanto, a aplicação de estratégias de cima para baixo, burocráticas e baseadas apenas em decisões centradas em conhecimento técnico-científico tem-se demonstrado pouco eficaz na gestão de pescas, levando em alguns casos à sobre-exploração dos recursos marinhos por má aplicação destas estratégias (Jentoft *et al.*, 1998). Com o passar dos anos, devido às preocupações económicas, sociais, políticas e de conservação, estas questões passaram a ser temas centrais para as comunidades (Mouro *et al.* 2018).

Estas questões foram apresentadas no relatório do projeto Co-Pesca (WWF, 2015), onde a cogestão de pesca é vista como “forma de incentivar a participação de um grupo de diversas partes interessadas na construção de iniciativas que contribuam para a gestão sustentável das pescarias.” Assim, para que a cogestão de pesca apresente sustentabilidade em todo o seu processo é necessário envolver pescadores, cientistas, autoridades e sociedade civil.

Para que a comunidade esteja o mais representada possível, é necessário assegurar o envolvimento do maior número de *stakeholders* que representem a comunidade, porque apenas

assim vai ser possível trabalhar para a defesa de cada setor, com partilha de poder e responsabilidade.(Mcgreavy *et al.*, 2018).

Mcgreavy *et al.* (2018) aborda um exemplo de cogestão relacionado com a apanha de amêijoa no Maine, nos Estados Unidos da América. Esta pescaria sofreu de problemas socioambientais, como o aumento da predação e da poluição da água. Alternou entre o segundo e terceiro lugar como pescaria mais importante em valor em termos nacionais, chegando a representar 60% da pesca de moluscos nos Estados Unidos. Apesar disso tem-se vindo a verificar uma diminuição dos efetivos desta espécie nos últimos anos devido ao aparecimento de uma espécie invasora. O direito legal para o povo do Maine apanhar amêijoa remonta a 1641, quando foi dado direito legal à população do Maine de mariscar as amêijoas daquele local. Atualmente, a legislação é administrada por um comité com orientação do *Maine Department of Marine Resources* (DMR) que tem autorização legal para sua aprovação. O comité juntamente com o DMR tem fundamentação legal para a aplicação de taxas de licenciamento, exigir residência no local, limitar os volumes de apanha (quilogramas), entre outras medidas. A proximidade de uma universidade ao local permitiu o desenvolvimento de estudos, melhorando as questões de cooperação e da gestão de conflitos desta apanha com outras pescarias, pois a cogestão é um modelo de governança que depende da responsabilidade e partilha entre *stakeholders* (Vasconcelos *et al.*, 2013). É possível concluir que a co-definição de problemas e métricas de sucessos da cogestão pode ajudar a identificar estratégias de comunicação adequadas que podem fortalecer e incentivar a partilha de informações, diversas formas de liderança. (Mcgreavy *et al.*, 2018:241).

Num contexto mais próximo, Oliveira (2013) estudou o caso da Reserva Marinha de Interesse Pesqueiro, os Minarzos (OMMFRI), localizada na zona noroeste de Espanha, na Junta Autónoma da Galiza. Esta comunidade enfrentou problemas graves de sobrepesca e de abandono de pescadores no início da década de 70. Antes da formação da OMMFRI, a pesca ilegal noturna representava um grave problema para a comunidade piscatória, que levou ao esgotamento dos *stocks* pesqueiros e também ao desequilíbrio de preços, uma vez que a venda do pescado diretamente aos restaurantes a um valor mais baixo levou a uma desvalorização do produto, saturando o mercado . A proposta para formação desta reserva natural marinha foi desenvolvida como uma parceria entre comunidades de pesca, cientistas, uma ONG e membros do governo local . Um dos pontos que é destacado neste processo de cogestão é a ligação que foi criada entre pescadores e cientistas, cimentando relações de confiança, respeito e colaboração, reforçando o

proposto por Artimage *et al.* (2019) e Chuenpagdee & Jentoft (2007). O trabalho contínuo entre os *stakeholders* permitiu a resolução das ameaças identificadas, como a contratação de uma empresa externa para melhorar a fiscalização local. Apesar de terem sido aplicadas medidas de proteção efetivas, Oliveira (2013) identificou questões que podem colocar em risco o trabalho realizado, como alterações socioeconómicas, políticas e de apoio financeiro.

Algumas questões referidas em cima foram trabalhadas no Co-Pesca (WWF, 2015), e no subcapítulo seguinte é possível encontrar uma contextualização da evolução da cogestão em pesca em Portugal, que está muito associada a este projeto.

2.2.3 Cogestão de pescas no contexto português

A cogestão das pescas é um conceito recente em Portugal, mas que tem vindo a ser trabalhado e desenvolvido de modo formal ao longo dos últimos oito anos, com a fase exploratória do projeto Co-Pesca (WWF, 2015).

Em 2014, a Associação Natureza Portugal em associação com a World Wide Fund for Nature (ANP|WWF) iniciou o projeto Co-Pesca. Em 2015, a apanha de Percebes (*Pollicipes pollicipes*) na Reserva Natural das Berlengas (RNB) foi selecionada entre outras seis pescarias porque apresentava as condições ideais para o desenvolvimento de um projeto-piloto ligado à cogestão. Esse projeto, o Co-Pesca 2³, iniciou-se em 2018 e foi liderado pelo Instituto Politécnico de Leiria (MARE-IPLeiria), com a Universidade de Évora (UÉ), Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), ANP|WWF e o envolvimento dos 40 mariscadores licenciados, sendo financiado pelo programa Mar2020.

Depois de um longo trabalho desenvolvido no decorrer do projeto referido anteriormente e noutras iniciativas complementares, em 2020 foi publicado em Diário da República um enquadramento legal com uma definição de cogestão: “um paradigma na gestão dos recursos pesqueiros baseado num processo participativo que deve ser inclusivo, transparente, informado, acessível e baseado na ciência, e no qual todos têm voz e decisão sobre o futuro da atividade”⁴.

³ Saber mais em <https://copesca.pt/>

⁴ Decreto-Lei n.º 73/2020, de 23 de setembro, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/73-2020-143527213>

Foi em 2021, depois da publicação do quadro legal da cogestão, que foi criado formalmente o Comité de Cogestão da Apanha de Percebes da RNB. Trabalhando diretamente com o gabinete da Secretária de Estado das Pescas, foi possível elaborar uma proposta de portaria⁵ para a criação deste primeiro comité de cogestão de pescas em Portugal, instalado em março de 2022.

Ao mesmo tempo que se trabalhava para criar o primeiro comité de cogestão em Portugal, a pesca do polvo (*Octopus vulgaris*) no Algarve surgiu como potencial pescaria com interesse para o avanço da cogestão. Este processo, deu seguimento a estudo prévios, e concretizou-se através do projeto ParticiPESCA⁶, financiado pelo Mar2020 e cofinanciado pela Fundação Oceano Azul (OA), liderado pela ANP|WWF em parceria com o Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve (CCMAR), Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e Environmental Defense Fund (EDF). Uma comunidade bastante mais alargada do que a da apanha do percebe na RNB, este projeto contou com 15 Associações de Pescadores, que representaram mais de 700 licenças para a pesca desta espécie nesta região.

Numa fase inicial, este processo sofreu diversas limitações impostas pela pandemia COVID-19 que o mundo atravessava, mas foi em 2022, e com a retoma da possibilidade das reuniões presenciais, que o projeto se tornou mais fluido, tendo sido realizadas 11 reuniões até dezembro de 2022. Em dezembro de 2022, foi possível entregar à Secretária de Estado das Pescas as recomendações para a criação do futuro comité de cogestão do polvo no Algarve e a proposta do respetivo plano de gestão, contendo a definição conjunta de uma visão para a pescaria e os respetivos objetivos de gestão.

A Lagoa de Óbidos, tal como a apanha de percebe na RNB, foi referida no relatório do projeto Co-Pesca (WWF, 2015) como tendo uma avaliação positiva nos critérios para a cogestão vir a ser implementada. Outros projetos desenvolvidos na zona, como o projeto “NIPOGES- Estado atual das populações da amêijoa-japonesa da Ria de Aveiro, lagoa de Óbidos e estuários do Tejo e Sado-bases científicas para uma gestão sustentável do recurso”, chegaram também à conclusão da existência de vontade da comunidade de avançar para um modelo participativo. Assim, em 2022, a ANP|WWF iniciou o projeto “Co-Pesca Lagoa de Óbidos: capacitação para a implementação da

⁵ Portaria n.º309/2021, de 17 de dezembro, [Portaria n.º 309/2021 | DR \(diariodarepublica.pt\)](https://diariodarepublica.pt)

⁶ Saber mais em <https://participesca.pt>

cogestão na Lagoa de Óbidos”⁷, com o objetivo de avaliar o interesse e potencial da cogestão nesta área.

Nos exemplos acima apresentados da pesca do polvo e da apanha do percebe, as comunidades passaram e continuam a passar por processos de capacitação, e foram promovidas diversas reuniões onde os *stakeholders* discutiram assuntos pertinentes das suas pescarias. Segundo Jentoft (2005), a capacitação é uma das formas de tornar as comunidades mais aptas para participar na tomada de decisão.

No próximo capítulo vai ser discutido de que forma a capacitação é uma ferramenta relevante para a entrada de uma comunidade em processos participativos.

2.3 Capacitação

A palavra capacitação deriva do espanhol *capacitación*, que significa processo de construir capacidade, que pressupõe um processo de baixo para cima, e que reconhece, extrai e desenvolve o conhecimento e as capacidades de cada indivíduo (Wiggins *et al.*, 2013).

Segundo Barbosa (2017) e Pomeroy *et al* (2001), o desenvolvimento de mecanismos de capacitação deve-se ao facto de os sujeitos procurarem ser cada vez mais autossuficientes e seguros de si, sem estarem dependentes de fatores externos. O indivíduo ou a comunidade encontra-se vulnerável devido “à multiplicação das crises sistémicas, (...), à precarização das condições de vida, à insegurança social generalizada, (...)” (Barbosa, 2017: 15).

Para Pomeroy *et al.*, (2001), a capacitação deve abordar não apenas dimensões técnicas, mas também atitudes e padrões comportamentais. A capacitação pode incluir trabalho de liderança, análise de situação, soluções de problemas, facilitação, resolução de conflitos, entre outros graus de desenvolvimento (Pomeroy *et al.*, 2001).

Segundo Jentoft (2005) e Oliveira (2013), a capacitação é a base da cogestão, pois deve ser trabalhada no âmbito do fornecimento de ferramentas para que cada indivíduo desenvolva competências e conhecimento. Assim, a capacitação tem como função a realização de atividades e desenvolvimento de compromissos que tornem os grupos e as organizações mais eficazes, dando

⁷ Saber mais em https://www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos_222/oceanos/co-pesca_lagoa_de_obidos/.

aos seus membros voz e escolha, tornando efetiva a tomada de decisão coletiva e a liderança partilhada (Matachi, 2006).

Através da realização de ações como *workshops*, participação em reuniões, acesso a informações e serviços é possível fomentar a participação da comunidade, a consciencialização dos indivíduos, competências de gestão e ganhar conhecimento sobre a gestão dos recursos naturais (Pomeroy, 2001). Para isto, é necessário organizar muitas vezes reuniões formais e informais, discussões de grupo e promover o diálogo entre as partes envolvidas (Chuenpagdee, & Jentoft, 2007).

A importância de existirem momentos onde a comunidade tem oportunidade de se juntar é destacada por Chuenpagdee & Jentoft (2007), quando relatam como, em Moçambique, a comunidade promoveu reuniões entre o governo e os pescadores para delinear qual a melhor estratégia para o período de interrupção da pesca naquela região. A capacitação da comunidade levou a que a mesma se sentisse empoderada para que passasse a: assumir a gestão de recursos, ter a autonomia para informar o governo das suas decisões e o controlo do cumprimento da mesma, denotando uma autonomia e um sentido de responsabilidade que são essenciais num processo empoderamento para estarem envolvidos na gestão.

O empoderamento é um processo no qual os indivíduos e a comunidade assumem a responsabilidade e poder de agir para protegerem ou mudarem o seu ambiente, existindo assim uma transferência de poder (Jentoft, 2005). Pode ser assim definido como um processo através do qual as pessoas desenvolvem o seu conhecimento e competências para participar, partilhar informações e trabalhar junto de instituições que têm impacto nas suas vidas (Jentoft, 2005 *apud* Torre, 1986). Este pode ser definido também como sendo um processo pelo qual pessoas, comunidades ou organizações ganham domínio sobre diferentes temas relacionados com as áreas que impactam a sua vida (Jentoft, 2005 *apud* Rappaport, 1987).

A marginalização económica e política das comunidades leva a problemas de pobreza e degradação de recursos (Pomeroy *et al.*, 2001). O trabalho para travar a marginalização de uma comunidade requer o empoderamento dos membros da comunidade e a transferência de poder económico e político de poucos para a maioria. Ao mesmo tempo, o empoderamento a nível político permite uma melhor operacionalização da gestão dos recursos (Pomeroy *et al.*, 2001). O empoderamento representa assim uma mudança de paradigma de atitudes e valores, trabalhando

para uma alteração de dar maior importância aos profissionais e autoridades, para dar igual importância e valor a outros *stakeholders* (Perkins, 2010).

Para Kleba & Wendausen (2009) podem ser definidos dois componentes ligados ao empoderamento. O primeiro está ligado à vertente da comunidade, pois implica a transformação das estruturas sociais realocando o poder, criando oportunidades e mudanças estruturais, bem como o surgimento de oportunidades. O segundo refere-se mais a fatores individuais, pois implica o desenvolvimento de processos de autorreconhecimento (Kleba & Wendausen, 2009), no qual o indivíduo vai desenvolver mecanismos de melhoria de autoestima e autovalorização. Também Pomeroy *et al.* (2001) refere o empoderamento dos indivíduos e da comunidade para que ganhem uma maior autonomia na tomada de decisão, maior autoconfiança, maior consciência social e um maior equilíbrio nas relações de poder dentro da comunidade e que “empowerment can be considered as an individual and a community desire for change. Individual empowerment leads to community empowerment” (Pomeroy *et al.*, 2001:201).

Mcgreavy *et al.* (2018) defendem que processos que pretendam a participação da comunidade devem assegurar que todos os argumentos são ouvidos e que todos os intervenientes com interesse na temática participem no debate. Esta participação apenas é possível se for abordada com a colaboração entre membros da comunidade, governo, cientistas e autoridades (Mcgreavy *et al.*, 2018).

O empoderamento no âmbito da cogestão de pescas é referido como sendo um mecanismo para a comunidade trabalhar o poder da mudança e de controlo do seu futuro com o objetivo de lidar com os impactos ambientais, influenciar outras comunidades costeiras e a exploração dos recursos (Jentoft, 2005).

Um processo de capacitação pode nem sempre levar ao empoderamento de uma comunidade. No caso de se verificar o empoderamento da comunidade, esta vai ficar mais habilitada a desenvolver uma participação mais ativa e informada, ainda que possam surgir vários desafios ao longo de todo o processo. Para Jentoft (2005), Pomeroy *et al.* (2001) e Prado (2022), com o decorrer desta atuação é necessário ter em conta que a capacitação pode levar a um não equilíbrio do poder mas sim a uma redistribuição do mesmo pelas entidades que já o detinham anteriormente. O trabalho junto da comunidade só será eficaz se tiver em conta o contexto sociocultural, político e a procura de resolução de conflitos (Pomeroy *et al.*, 2001).

É possível identificar algumas limitações à capacitação ligada à cogestão de pescas. Um dos problemas apontados é o facto de existir um interesse público na gestão das pescas que tem de ser protegido pelo Estado, não se podendo esperar que os utilizadores façam uma autogestão adequada destes recursos (Jentoft, 2005, Pomeroy *et al.*, 2001). Em segundo lugar, o Estado teria que oferecer aos pescadores poderes legislativos, recursos financeiros, entre outros, de forma a terem poder para tomar decisões, mas também mecanismos de regulação destas decisões (Olsson *et al.*, 2004). Por último, a intervenção nas relações e processos sociais que ocorrem pode, sem algum tipo de controlo, retirar a essência de um processo que se pressupõe democrático, equitativo, justo e transparente (Jentoft, 2005).

À luz do que foi discutido pretende-se analisar as perceções da comunidade referentes à capacitação e como esta pode contribuir para uma melhoria da participação na tomada de decisão.

Capítulo 3 - Metodologia

3.1 Caracterização da Lagoa de Óbidos e suas atividades

A Lagoa de Óbidos é descrita como sendo a maior lagoa costeira e a única sobrevivente da zona Oeste. Esta estende-se ao longo de um comprimento de cerca de 6.9 quilômetros, entre a Aberta e o Bom Sucesso⁸.

A lagoa é alimentada por água do mar através de uma ligação denominada por Aberta⁹. A Aberta hoje é realizada por processos de dragagens. Segundo residentes locais, antigamente a Aberta era feita a pé pela população. A bacia hidrográfica da lagoa tem 438 km² e recebe água de diversos pontos, como dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha, Cadaval, Bombarral e Lourinhã (Baptista, 2005).

Como referido, a realização de dragagens é algo imprescindível para a manutenção da Lagoa de Óbidos, no entanto, apesar de serem importantes, causam impactos na paisagem ao redor da lagoa, nomeadamente no cordão dunar paralelo ao litoral (Anexo I) que se encontra bastante danificado. Segundo Baptista (2015), esta margem está totalmente danificada devido aos sucessivos processos de dragagens, já a margem esquerda está bastante fragilizada devido aos ventos, ondulação e ação humana.

Peça também característica da Lagoa de Óbidos é a Rocha do Gronho. Esta rocha sofre consistentemente com o desgaste das ondas, com um processo de erosão ser bastante notório e com grande evolução ao longo dos anos. Para além dos processos naturais, este local sofre com problemas de erosão causados pelo ser humano, principalmente ligados à construção (Baptista, 2015).

Olhando para a lagoa como um todo, esta é governada por duas câmaras municipais, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha e a Câmara Municipal de Óbidos, e quatro Juntas de Freguesia, do lado das Caldas da Rainha temos a da Foz do Arelho e do Nadadouro e do lado de Óbidos temos a do Vau e de Santa Maria, São Pedro e a do Sobral da Lagoa.

⁸ Saber mais em [Lagoa de Óbidos: é a maior lagoa de água salgada e fica no Centro de Portugal \(ncultura.pt\)](http://ncultura.pt)

⁹ Zona que liga a lagoa ao mar.

Segundo Baptista (2005), a agricultura começou por ser a atividade predominante da Lagoa de Óbidos. Esta atividade era principalmente desenvolvida por grupos familiares e por pessoas que trabalhavam por conta própria, a maioria dos agricultores possuíam a terra para exploração local de subsistência. O sustento das famílias passava muitas vezes pela utilização desses pedaços de terra. Era nestas pequenas produções que a família trabalhava para servirem às necessidades do seu agregado familiar e realizarem pequenas vendas ou trocas dentro das comunidades. Devido à reduzida utilização de maquinaria era necessário auxílio de algumas espécies de animais domésticos como a vaca, o burro, cavalo, entre outras para produção dos alimentos. Nos dias de hoje e apesar da evolução que a agricultura teve, na zona da lagoa continua a verificar-se a reduzida utilização de maquinaria pesada. Com a ida de muita da população para outros locais e ocupando outras profissões verificou-se que uma atividade que era passada de geração em geração passou a encontrar dificuldades para manter a sua importância na zona circundante da lagoa. Hoje verifica-se a existência de campos ao abandono e os que não se encontram abandonados são principalmente para produção de citrinos e pequenas hortas.

Com o avançar do tempo e o esforço para aumentar o rendimento dos agregados familiares, a população da Lagoa de Óbidos começou a trabalhar na sua bacia hidrográfica. São as freguesias do “Vau, Foz do Arelho e Nadadouro (que) reforçaram nos últimos anos a sua dependência económica em relação à lagoa, substituindo as atividades agrícolas tradicionais pela pesca e marisqueio” (Baptista, 2005:31). A atividade agrícola diminuiu bastante nos últimos anos, ainda que muitos mariscadores continuem a ter práticas agrícolas para manter o seu rendimento quando é decretada altura de defeso¹⁰ na lagoa (Baptista, 2005).

Segundo Batista (2005), a pesca na lagoa divide-se em 3 grupos, a pesca artesanal, o marisqueio e a apanha de algas, esta última atualmente encontra-se extinta. No passado, a pesca era realizada por um grupo reduzido de pescadores, e as pessoas que desenvolviam este tipo de profissões eram vistas como sendo pouco abastadas e tendo um estilo de vida bastante duro, uma vez que o marisco não apresentava grande valor comercial. Em 2019, existiam 160 licenças atribuídas e cerca de 82 mariscadores regulares. Para uma perspetiva mais realista da atividade da pesca na lagoa, a estes números é necessário somar os valores referentes aos pescadores lúdicos.

¹⁰ Altura em que uma determinada espécie não pode ser pescada devido a condições ambientais, como a qualidade da água

Dentro das espécies que habitam na lagoa e apresentam um valor comercial significativo podemos evidenciar a amêijoia-boia, amêijoia-cão, lingueirão, navalha, berbigão, amêijoia-branca e mexilhão. As artes de pesca utilizadas na Lagoa de Óbidos são, ainda, muito semelhantes às que eram utilizadas pelos seus antepassados, sendo a principal alteração a melhoria da qualidade do material utilizado na apanha, que veio permitir um aumento no tempo de utilização (Baptista 2005).

Como Baptista (2005) descreve, podemos encontrar na lagoa uma apanha de bivalves a pé pelas margens ou em zonas de fundos baixos com o auxílio de um ancinho de cabo curto. É possível também evidenciar a utilização de bateiras (Figura 1), embarcações que auxiliam na pesca com ancinho de cabo longo.



Figura 1 - Bateira© Ana Aresta / ANP|WWF

A pesca lúdica é outra das atividades realizada na Lagoa de Óbidos, pode ser realizada por turistas e amadores, que só podem realizar a apanha para consumo próprio, dentro dos limites legais, e sem recurso a artes profissionais (Baptista, 2005). Nos últimos 20 anos a lagoa tem sofrido com um aumento substancial do turismo balnear, sendo esta é uma atividade sazonal. A lagoa está sujeita à pressão causada pelo elevado número de utilizadores que ocupam zonas de dunas e realização de atividades motonautas. Esta área tem sido utilizada cada vez mais na realização de desportos náuticos, como o *kitesurf* e o *windsurf* e desportos motorizados (Baptistas, 2015).

3.2 Desenho da pesquisa

O método intensivo destina-se ao estudo de fenómenos em toda a sua complexidade e envolvendo o contexto natural. A partir deste método, os fenómenos são analisados de forma intensiva, a partir de poucas observações e tendo como objetivo a sua compreensão profunda. Este método privilegia uma interação próxima aos participantes, privilegiando métodos de recolha de dados como as entrevistas (Lowe, 2021; Ribeiro, 2008). Para além disso, permite ao entrevistado responder de forma mais ampla às questões que estão a ser colocadas, sendo necessário colocar questões de resposta aberta para evitar perguntas de “*sim*” ou “*não*”, dando assim oportunidade ao entrevistado de desenvolver as respostas o máximo que pretender.

As entrevistas tiveram como objetivo conhecer as posições dos entrevistados relativamente à governança da Lagoa de Óbidos e ao potencial da cogestão como modelo governativo, bem como as necessidades de capacitação necessárias para o sucesso deste modelo.

3.3 Caracterização da amostra

Numa primeira fase das entrevistas aos participantes, foram solicitados dados para a caracterização da amostra, como o tipo de profissão desempenhada, se habitavam na zona circundante da Lagoa de Óbidos e se a sua atividade profissional estava diretamente ligada à lagoa. Na caracterização da amostra apresentamos apenas estes dados, pois foi pedido pelos entrevistados que não fossem divulgados mais dados sociodemográficos. A divulgação de certos dados sobre os entrevistados, e numa comunidade relativamente pequena como é a Lagoa de Óbidos, poderia fazer com que fosse possível identificá-los.

Para a realização deste trabalho, foram entrevistadas catorze pessoas pertencentes à comunidade da Lagoa de Óbidos. Foram entrevistados todos os representantes do governo local da região, isto é, autarcas das câmaras e juntas de freguesia (n=6), um representante de uma empresa marítimo turística, dois representantes de uma empresa depuradora¹¹ (n=2), um mariscador, um investigador do meio académico, um dirigente ligado à pesca, um residente da Lagoa de Óbidos e um representante de uma organização não governamental local (ONG).

¹¹ Método de remoção de contaminantes microbianos dos moluscos.

Todas as pessoas entrevistadas viviam na zona circundante da lagoa, e na maioria dos casos (n=9) exerciam a sua atividade profissional no local. Apenas um dos entrevistados referiu estar um pouco afastado da lagoa pois o seu interesse recaía sobre temas culturais relacionados com a população e não tanto com as atividades que se desempenham na lagoa.

A maioria das entrevistas foram realizadas em formato presencial (n=12), o que permitiu também observar a forma como cada entrevistado interagia com o espaço e reagia ao tema Lagoa de Óbidos. Apenas duas entrevistas foram realizadas em formato online através da plataforma Zoom.

A seleção e recrutamento de participantes foi realizada nas deslocações à Lagoa de Óbidos, através de contactos prévios e através da metodologia bola-de-neve. Este tipo de seleção da amostra tem como vantagem observar quais são os líderes locais dentro dos *stakeholders* selecionados e ainda ter a oportunidade de os entrevistados referirem quem consideram importante também ser entrevistado (Vinuto, 2014).

As entrevistas foram realizadas em vários locais como cafés locais, sede de juntas de freguesia, câmaras municipais, locais de observação de avifauna e em formato online. As entrevistas foram realizadas de fevereiro a junho de 2023. A recolha de dados por vezes foi demorada devido a limitações de tempo e disponibilidade dos entrevistados.

3.4 Método de recolha de dados

Foi utilizado o modelo de entrevista semi-estruturada, que consiste na utilização de perguntas abertas e fechadas (Baptista et al., 2017). Este modelo dá ao entrevistado maior liberdade para se expressar e explicar certas posições que ache relevantes, permite também que sejam introduzidos novos temas e aprofundar certos temas aos quais o entrevistado atribuiu maior relevância e importância. Durante a entrevista, o entrevistador deve encorajar o entrevistado a especificar e aprofundar mais as suas respostas, colocando-o à vontade no decorrer da entrevista (Nunes *et al.*, 2016). A entrevista deverá ser uma espécie de “conversa informal”, como refere Baptista *et al.* (2017), para que o entrevistado se sinta confortável para abordar os assuntos propostos na entrevista. No entanto, não poderá ser dispensado um pedido explícito para a realização da entrevista, além de que a apresentação e explicação do trabalho de investigação e seus objetivos é

fundamental para uma compreensão desta por parte do entrevistado, pois poderá até desencadear um maior interesse e empenho na realização da entrevista (Baptista et al. 2021).

As características deste método permitem que cada questão previamente pensada pelo entrevistador pode implicar mais do que uma resposta, conter muitas palavras cujo significado é importante, referir-se a dois ou mais assuntos e/ou conter dificuldades de vocabulário e interpretação (Foddy, 1996).

Segundo Foddy (1996), algumas das normas essenciais para a formulação das perguntas efetuadas nas entrevistas: “(...) ser claro quanto ao tipo de informação que pretende obter e sobre a razão pela qual pretende essa informação; evitar usar palavras muito abstratas/genéricas ou com probabilidade de serem mal interpretadas; (...) excluir a complexidade de perguntas que afetem a sua fácil interpretação; e, (...) assegurar que os inquiridos percebem o tipo de resposta que é solicitado.” (Foddy, 1996:203 e 204).

Para ter uma análise geral dos temas mais relevantes para a Lagoa de Óbidos foi utilizada uma análise Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (SWOT), cujo objetivo foi colocar os entrevistados a pensar quais os principais pontos fortes e fracos (presente) e quais as oportunidades e ameaças (futuro) que a lagoa pode vir a enfrentar. Esta análise contou ainda com questões sobre a opinião do entrevistado sobre como podem ser trabalhados os pontos fracos (presente) e como é possível mitigar as ameaças identificadas (futuro).

Numa segunda instância, foi analisado o tema da “governança”, e ao longo deste tema foram trabalhadas questões como “Como é feita a governança da Lagoa de Óbidos”; “Quem está envolvido na governança da Lagoa de Óbidos”, com a realização destas questões pretendeu-se que o entrevistado reflita sobre a forma como a governança da lagoa está organizada e quais os principais intervenientes ligados a processos de decisão. Sabendo que existem diversas atividades que são realizadas na Lagoa de Óbidos pretendia-se perceber se existiam algum tipo de conflitos entre estas e quais as consequências de uma utilização partilhada, questionando os participantes sobre “Que atividades realizadas na Lagoa de Óbidos é que entram em conflito” e “Que tipo de conflitos ocorrem ou acha que podem vir a ocorrer”.

No ponto seguinte foi abordada a temática da “cogestão” e pretendeu-se compreender se a comunidade já ouviu falar deste modelo de governança, se “A cogestão pode ser um modelo a ser trabalhado na lagoa”, “A potencialidade desta forma de governança”, “Qual o modelo de cogestão que a comunidade vê a ser implementado na lagoa”, “Se existe interesse em avançar para um

modelo de cogestão” e por último, “quais os principais desafios que um modelo participativo pode encontrar na Lagoa de Óbidos”.

Por último, foi explorada a temática da “capacitação”, pretendendo-se analisar e compreender se a comunidade é envolvida nos processo de tomada de decisão, “considera que as reuniões envolvendo a comunidade trazem vantagens para o bom funcionamento da lagoa”. E qual a grande “vantagens vê neste modelo para melhorar a autonomia da comunidade”.

As entrevistas tiveram uma duração mínima de 32 minutos e máxima de 1 horas e 15 minutos, sendo a duração média de 47 minutos.

As entrevistas foram gravadas na íntegra, após obtenção de consentimento por parte dos participantes nesse sentido. De seguida, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, em versão anonimizada para salvaguardar o anonimato dos entrevistados.

3.5 Métodos de Análise de dados

Segundo Castro & Oliveira (2022), a realização de entrevistas semi-estruturadas devem seguir três etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na fase de pré-análise, recolheu-se bibliografia para análise e comparação com o material recolhido; na descrição analítica, foram identificados os temas centrais e tópicos, sendo estes definidos conforme o objeto de estudo e as principais temáticas trabalhadas em que foram expressas posições convergentes e divergentes no material recolhido; por último, na interpretação inferencial, as análises efetuadas foram discutidas à luz dos quadros teóricos abordados na revisão de literatura.

Capítulo 4 - Análise de dados

4.2 Apresentação de resultados

A realização das entrevistas semi-estruturadas procurou conhecer a perceção que os entrevistados apresentam sobre a governança da Lagoa de Óbidos. Os resultados serão apresentados seguindo os temas abordados no guião de entrevista: governança, cogestão e capacitação. Para cada um destes temas, foram identificados padrões de resposta e examinados pontos convergentes e pontos divergentes nas posições dos entrevistados, que foram destacados na síntese efetuada.

4.2.1 Governança

De acordo com os entrevistados, a Lagoa de Óbidos apresenta desafios referentes à sua governança. Muitos dos entrevistados sugerem que a gestão da lagoa é ineficiente ou mesmo inexistente e apontaram a falta de articulação entre as várias instituições (duas câmaras municipais e quatro juntas de freguesia) como um dos desafios para uma governança mais eficaz, como ilustram os excertos seguintes:

“Acho que não existe gestão da Lagoa de Óbidos como um todo. Um dos problemas da lagoa é a quantidade de entidades que dirigem na lagoa [...] não é fácil que elas se entendam e cada entidade tem tomado ações e feito iniciativas sem consultar as outras “ (E5- Marítimo Turística);

“Eu acho que não há uma gestão da lagoa” (E4 - Residente da lagoa);

“Para já não existe gestão da Lagoa de Óbidos.” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

Esta falta de articulação demonstra-se mais preocupante pelo facto de existirem várias entidades que dirigem e têm poder de decisão na lagoa. Há mesmo quem refira que existe alguma competição entre as entidades que gerem a lagoa, o que leva a dificuldades de gestão e à criação de atritos, como salienta um dos participantes:

“Ainda há a questão de que são 2 municípios, 4 juntas de Freguesia. Eles competem entre juntas, quanto mais entre municípios que é para ver eu pertenço ao Vau, tu não venhas aqui para o

Arelho, por isso há sempre aquela competição e depois qual é o melhor sítio eu cheguei lá primeiro, agora foi lá outro.” (E14 - Técnico(a) ONGA).

Apesar de os entrevistados referirem a pouca ou nenhuma comunicação entre municípios, é referido também que esta tem vindo a melhorar:

“[a candidatura RAMSAR] obrigou que os presidentes de câmara se juntassem para que as câmaras municipais se aproximassem.” (E4 - Residente da lagoa).

Outro entrevistado (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa), reforça o que foi dito pelo entrevistado anterior que desde o início das conversações para classificar a lagoa como sítio RAMSAR as reuniões entre câmaras municipais, juntas de freguesia e uma ONGA local têm promovido uma articulação positiva entre todas as entidades.

Para além das entidades institucionais apresentarem alguma dificuldade de articulação e diálogo, é também possível verificar diversas divergências sobre de que forma as atividades que são realizadas na lagoa podem conviver sem criar atritos e sem impor limitações a nenhuma delas.

Os entrevistados sublinharam como principais atividades da lagoa o marisqueio e a pesca, tanto lúdica como profissional, e os desportos náuticos. Dentro das atividades mencionadas, é possível verificar elevadas tensões dos mariscadores e pescadores profissionais tanto com os pescadores lúdicos como com os desportos náuticos, principalmente os que podem chegar a velocidades bastante elevadas devido à potência do vento, como o *kitesurf* e o *windsurf*. A prática dos desportos náuticos na lagoa é algo que não é consensual dentro da comunidade, pois os municípios olham para o assunto de uma forma diferente dos mariscadores:

“Os municípios acham que a lagoa pode ser uma capital do *Kitesurf* e a Associação de Pescadores e Mariscadores Amigos da Lagoa de Óbidos (APMALO) quer proibir o *kite* na lagoa porque deve ter havido um ou vários problemas deles estarem a mergulhar.” (E5 - Marítimo Turística).

“(…) por outro lado as práticas de desportos aquáticos que são de velocidade, portanto estamos a falar do *kite*, do *windsurf*. Os pescadores estão na água porque fazem mergulho ou não mergulho

na superfície com óculos a olhar para o fundo portanto passam e podem ser cortados ao meio, podem haver acidentes é assim o aspeto de maior conflito” (E4 - Residente da lagoa).

Um desafio adicional para a governança da Lagoa de Óbidos mencionado ao longo das entrevistas é a manutenção das atividades que decorrem principalmente no Verão e que se não se prolongam pelo ano:

“(…) houve uma ideia boa que foi pôr o posto de turismo de verão no mesmo espaço do centro de interpretação, no verão está assegurado mas no resto do ano não está. Uma das coisas que eu quero levar para esta associação é tentar ver se conseguimos manter aquilo aberto durante mais tempo.” (E4 - Residente da lagoa).

A realização de pesca profissional e de pesca lúdica apresenta grandes desafios não só para as autoridades fiscalizadoras mas também para as entidades que gerem a lagoa. É referido por vários dos entrevistados que a pesca lúdica tem pouca ou nenhuma fiscalização na Lagoa de Óbidos.

“(…) há gente que vem não sei de onde durante a noite com carrinhas fazer apanha ilegal de marisco. Pronto, há toda uma quantidade de utilizações irregulares que acontecem por falta de fiscalização” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa);

“Eu acho que pode haver uma regulamentação mais eficaz de quem anda na lagoa, pode trazer um aumento da fiscalização sobretudo dos lúdicos apanhadores de bivalves; a tal pressão que acontece todos os fins de semana e no Verão, pode contribuir para a sustentabilidade para além do limite.” (E5 - Marítimo Turística);

“Falta de fiscalização e a fiscalização direcionada aos falsos lúdicos essa cena toda é uma coisa que tem que ser abordada” (E13 - Investigador(a) e utilizador(a) da lagoa).

Para além da apanha ilegal referida em cima, os mariscadores profissionais têm demonstrado preocupações significativas sobre este tema às Câmaras Municipais. A venda de marisco (capturado na lagoa) por parte dos mariscadores lúdicos representa uma preocupação para os profissionais:

“(…) nós que somos profissionais, nós pagamos os nossos impostos, os outros vêm aqui, pagam a licença leve e lá está, às vezes é por um ou outro eventualmente vender quando não têm atividade [aberta] para isso” (E11- Dirigente e utilizador(a) da lagoa);

“(…) é sempre um receio daquilo que os pescadores lúdicos e de recreio possam estar a retirar em relação àquilo que é o rendimento dos profissionais” (E11- Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

São apresentadas algumas soluções para a utilização de maior relevância que é feita na lagoa, como por exemplo limitar o número de licenças atribuídas e aumentar a fiscalização:

“Também temos um ponto mau é o licenciamento, toda a gente consegue vir pescar; acho que as licenças deviam estar limitadas ao concelho de Óbidos e às Caldas, portanto acho que se está a facultar muitos cartões de mariscadores para os profissionais e para os lúdicos” (E10 - Dirigente e residente da lagoa).

“A fiscalização é um dos principais temas e que tem que ser muito discutido, tem que ser muito falado porque se houver uma boa fiscalização muitas das coisas que se passam, seja na lagoa, seja na sua envolvente, vão desaparecer ou vão ser controladas.” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

A fiscalização dos pescadores lúdicos é mencionada por vários entrevistados como sendo algo prioritário na lagoa:

“Falta de fiscalização e a fiscalização direcionada aos falsos lúdicos tem que ser abordada especialmente se vão fazer uma coisa tão grande e tão fixe como esta coisa da cogestão, é imperativo que isso esteja lá.” (E13 - Investigador e utilizador(a) da lagoa);

“Há pouca fiscalização e os pescadores desportivos, às vezes utilizam artes de pesca quando não podem. Vão para sítios da Lagoa pescar onde não podem andar.” (E14 - Técnico(a) ONGA);

“Eu acho que pode haver uma regulamentação mais eficaz de quem anda na Lagoa, pode trazer um aumento da fiscalização sobretudo dos lúdicos apanhadores de bivalves” (E5 - Marítimo Turística).

Como referido por E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa, apesar de ser reconhecida a falta de fiscalização como um “problema grave” e que o seu aumento seria essencial para o bom funcionamento da lagoa, este aumento apresenta grandes desafios dado o encerramento recente do posto de polícia marítima da Lagoa de Óbidos e a falta de meios e efetivos.

A fiscalização e a procura de soluções para uma governança mais eficaz na Lagoa de Óbidos também é mencionada na prática de desportos náuticos. Reconhecida como sendo um local privilegiado para a prática de desportos de vento, a lagoa apresenta desafios quanto à sua utilização partilhada pois estes desportos podem colocar em risco mariscadores que realizam a sua atividade em mergulho:

“É um sítio ótimo para praticar também desportos como o *windsurf*, *kitesurf* e outras, temos aqui escolas para isso tanto do lado de cá como do lado de Óbidos e tem muita gente a frequentar, tem muita gente a fazer este tipo de desportos portanto a lagoa tem estes pontos fortes de poder abarcar tudo isto.” (E3 - Dirigente).

“(…) a prática de desportos aquáticos que são de velocidade, portanto estamos a falar do *kite*, do *windsurf*, e estamos a falar pelo lado da pesca estão na água porque fazem mergulho ou não mergulho na superfície com óculos a olhar para o fundo, portanto passam e podem ser cortados ao meio” (E4 - Residente da lagoa);

“É necessário criar regras, sobretudo para os desportos náuticos ou para alguns desportos náuticos, por causa dos riscos que podem implicar para outros utilizadores.” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

Segundo E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa, os praticantes de *kitesurf* também se queixam dos mariscadores por estes deixarem artes de pesca perdidas na lagoa e destas ficarem presas nas suas pranchas. Esta questão é também reforçada por outros intervenientes:

“pescadores de margem de *spinning* ou pesca de cana que tem as suas linhas esticadas e aí as pessoas não vêm as linhas esticadas e entram em conflito porque quando passa um praticante de *kitesurf* ou de *windsurf* acaba por gastar um conjunto de linhas e gera-se este conflito muitas vezes agressões verbais.” (E11 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa);

“(...) abandonam as artes (de pesca) na lagoa e eles quando estão a navegar, ficam com as pranchas presas.” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

É possível concluir que estas duas atividades têm diversas dificuldades de convivência e que é de grande importância trabalhar para a procura de soluções.

Para a resolução deste conflito foram apresentadas algumas soluções, como o zoneamento espacial, onde nuns locais só seria possível a apanha de marisco e pesca e noutros só seria possível a prática de desportos náuticos:

“(...) é um bocadinho a organização do espaço e que todos possam de alguma forma conviver” (E4 - Residente da lagoa);

”Também falamos que pode haver uma solução definir zonas” (E3 - Dirigente);

“Com o *kitesurf* é complexo, vamos ver, é preciso ter, perceber como é que se pode, como é que se pode definir as áreas de utilização, se é que é possível” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa)

Algo que está a ser discutido na lagoa é também a sua utilização temporal por turnos, em que os mariscadores e pescadores desenvolveriam a sua atividade da parte da manhã e os desportos náuticos da parte da tarde, “porque normalmente os mariscadores vão mais de manhã os kitesurfistas podem ir mais à tarde.” (E4 - Dirigente).

Algo em que toda a comunidade parece estar de acordo e que não levanta problemas de governança é a proibição da prática de desportos motorizados na lagoa:

“(...) não diríamos tanto os desportos motorizados porque esse já mexe um bocado com a vida da lagoa, com a vida natural da lagoa.” (E3 - Dirigente);

“Aqueles que não tenham motores não vejo grande drama, desde que haja um plano de gestão, regulamento tudo. Agora o *kitesurf* sim, as motas de água acho que é era de acabar ou limitar grandemente, porque aquilo tem um impacto enorme.” (E14 - Técnico(a) ONGA).

4.2.2 Cogestão

Durante as entrevistas foi abordada a temática da cogestão como possível solução para uma gestão mais eficaz da Lagoa de Óbidos. De forma geral os entrevistados demonstraram-se a favor da implementação de uma proposta de modelo de cogestão defendendo que este poderia ser um caminho positivo para uma melhor articulação entre entidades e comunidade local e que seria uma mais valia por permitir juntar várias pessoas em representação de diferentes atividades:

“(…) com a cogestão será possível ter um melhor conhecimento dos recursos que existem” (E4, Dirigente e utilizador(a) da lagoa);

"Eu acho que [a cogestão] pode funcionar, (...) estamos aqui para ouvir, para tentar aprender e para dar o nosso contributo para todos juntos conseguirmos encontrar uma melhor forma de co-gestionar a lagoa, acho que sim, acho que é importante." (E4 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

A cogestão no entender de E3 - Dirigente, permitiria “à comunidade sair da sua zona de conforto criando um espaço seguro para que todas as pessoas e entidades fossem ouvidas e não apenas consultadas”. Este envolvimento pode permitir um fortalecimento da força de grupo para a defesa da Lagoa de Óbidos, um processo transparente e claro de que todos se sentiriam parte. É desta forma que pode ser possível, no entender dos entrevistados, a procura por “um equilíbrio entre a vertente económica mas tendo em conta a preservação das espécies que lá estão, quer para outros que venham a seguir que queiram continuar a atividade na lagoa como para o próprio ecossistema que é a lagoa. O principal é não impedir que continuem a desenvolver as suas atividades, mas adaptar e mudar hábitos dos próprios mariscadores para perceberem que as espécies têm de perdurar. Mas acho que vai ser o principal foco um equilíbrio entre a parte económica e a proteção dos ecossistemas.” (E9 - Dirigente).

Referido também por grande maioria dos entrevistados era a importância do envolvimento de diferentes *stakeholders* neste processo,

“Acho que as juntas de freguesia devem ser envolvidas porque são quem gere a freguesia, conhecem os seus fregueses a sua forma de viver, conhecem os seus territórios e que sim devem ser envolvidas com a mesma postura que todos os outros” (E3 - Dirigente);

“Primeiro é preciso que eles [pescadores] achem isso interessante, porque se criar o plano de cogestão, sem o interesse deles e sem a aprovação deles, a coisa nunca vai funcionar” (E14 - Técnico(a) ONGA);

“Por isso é que eu digo que é muito importante terem as seis instituições do vosso lado” (E10 - Dirigente e residente da lagoa).

Um dos tópicos que dividiu mais as opiniões dos entrevistados é qual o modelo de cogestão de que a Lagoa de Óbidos precisa, se um modelo de cogestão de uma pescaria (para o qual existe já enquadramento legal, como referido anteriormente) ou um modelo de cogestão de área (não existe enquadramento legal, mas está a ser testado na Catalunha).

Uma cogestão de área pressupõe o envolvimento de todas as atividades que são praticadas na lagoa, desde os desportos náuticos, à pesca e marisqueio:

“(…) cogestão tem de integrar a meu ver muitas áreas diferentes.” (E4 - Residente da lagoa);

“Se calhar diria que para uma para começarmos a avançar para fazer para a área toda da Lagoa e não em relação a uma determinada pesca.” (E11 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

Para alguns entrevistados este modelo faz sentido pela quantidade de atividades que se realizam naquele local, e defendendo que uma cogestão de uma pescaria não seria eficiente ao ponto de melhorar a governança da lagoa:

“Cogestão (de área) faz sentido sim porque são as utilizações todas que já falamos, nomeadamente a turística, a pesca e tudo o resto do entorno isto tem que funcionar.” (E4 - Residente da lagoa).

Alguns entrevistados referiram a cogestão de uma pescaria como a melhor solução atualmente para a Lagoa de Óbidos:

“Não será fácil pensar num modelo de gestão global da lagoa. Não digo que é impossível, isso impossíveis não..”; “Para a lagoa teria de ser para as pescarias, dificilmente vejo a possibilidade de uma cogestão espacial porque os públicos que usam a lagoa são muito diferentes, com interesses completamente distintos..” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa);

“Eu acho que neste caso faz sentido ser de uma pescaria.” (E14 - Técnico(a) ONGA).

Dois dos entrevistados vão mesmo mais longe e referem para que pescaria seria importante este modelo:

“Pois teria que ser os bivalves, suponho” (E13 - Investigador e utilizador(a) da lagoa);

“Acho que a de bivalves é a mais prioritária. É a que pode gerar mais controvérsias relacionadas com as toxinas, será a mais prioritária depois se fizer sentido incluir os outros grupos não vejo problema com isso” (E14 - Técnico(a) ONGA).

Todo o processo de cogestão depende de uma fase inicial que já foi referida anteriormente, e que procura estabelecer se a comunidade tem interesse em avançar para um modelo de cogestão. Alguns dos entrevistados colocaram este ponto como dos mais importantes para o avanço deste processo:

“Primeiro é preciso que eles [pescadores] achem isso interessante, porque se criar o plano de cogestão, sem o interesse deles [pescadores] e sem a aprovação deles, a coisa nunca vai funcionar. Porque é preciso sempre que eles vejam que é útil, que é importante, que lhes dá jeito, que vai ser benéfico e aí sim eu acredito que a conversa, diálogo e para resolução de problemas funcione melhor.” (E14 -Técnico(a) ONGA).

Segundo E3 - Dirigente, é preciso demonstrar que é importante os mariscadores saírem da sua zona de conforto procurando assim novos desafios. Um dos receios demonstrados é que as pessoas se mantenham na sua “bolha” e não aceitem a presença de pessoas externas à lagoa [*stakeholders* que não desempenham nenhuma atividade na lagoa]:

“Por vezes criamos capelinhas e eu acho que temos de deixar isso de lado, portanto um processo desses pode ser extremamente importante para a lagoa e sim com o envolvimento das juntas de freguesia.”(E3 - Dirigente).

A somar a esta afirmação, um dos entrevistados também refere que:

“(…) devido à natureza extrativa e devido à natureza dos pescadores em si que eles não veem ou não são capazes de olhar e projetar assim tanto no futuro porque quando tu trabalhas na extração o teu futuro é o amanhã e acabou-se não é, não é o daqui a um ano.” (E13 - Investigador e utilizador(a) da lagoa).

Um modelo de cogestão como referido anteriormente é um modelo de gestão partilhada, onde é necessário que os vários intervenientes tenham consciência de que este modelo não traz apenas direitos mas também deveres. É mencionado por um dos dirigentes da lagoa que é algo essencial para uma responsabilização maior dos mariscadores e pescadores:

“Dar-lhes mais deveres e direitos, os deveres são de várias ordens, acho que é extremamente importante e é um trabalho que deve ser feito.” (E3 - Dirigente).

4.2.3 Capacitação

Como ferramenta de trabalho juntamente com a comunidade, a capacitação é muito relevante em processos de cogestão e através da realização de entrevistas foram bastante evidentes quais as áreas que deveriam ser trabalhadas: gestão de conflitos, conhecimento sobre os recursos naturais e trabalhar para a promoção de sinergias.

Numa fase inicial do processo é referido que o mais importante é “ouvir quem está no terreno de quem sente as dificuldades na pele” (E5: Marítimo Turística), é mencionado por E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa que na fase referida anteriormente “os intervenientes podem trazer para o centro da conversa as suas preocupações em relação à sua atividade e partilharem a sua experiência e conhecimento local. O entrevistado refere que desta forma a comunidade vai criar ligações fortes, desenvolver dinâmicas e trabalhar para a procura de soluções.”

Os entrevistados olham para a capacitação como um veículo de aumento do seu conhecimento. É apontado que estes teriam mais informações sobre as espécies e a abundância na lagoa:

“(…) com a cogestão será possível ter um melhor conhecimento da lagoa, dos recursos que existem”; “Permite os mariscadores conhecerem melhor o estado em que estão os recursos, onde

é que podem pescar, em que alturas.. numas podem pescar mais, noutras podem pescar menos, naquelas zonas podem.”; “Pode melhorar conhecimento mais teórico dos mariscadores” (E6 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

A capacitação tem o poder de operar junto da comunidade para a resolução destes conflitos, promoção de reuniões e momentos de partilha, tendo como fase inicial a troca de ideias e a fomentação de uma discussão saudável entre *stakeholders* que desempenham diferentes atividades para que seja possível a convivência das mesmas no mesmo espaço. Para que este espaço seja mais aberto à comunidade é necessário a presença de um, ou mais, facilitadores que têm como principal função a moderação do grupo e o levantamento de questões. Este modelo vai dar resposta a uma das preocupações de um dos entrevistados:

“(…) a organização do espaço e que todos possam de alguma forma conviver e depois a possibilidade da criação de sinergias, é uma das coisas que falta aqui. Imaginemos que havia alguém de turismo que montava alguma coisa interessante e com produtos da lagoa, havia algo ligado a estes desportos e depois vendia marisco; assim, fazia-se aqui uma coisa integrada.” (E4- Residente da lagoa)

“O reforço e criação de sinergias, ou seja, em todos os grupos e associações e movimentos existentes em função da lagoa. E parece-me que é vantajoso para todos “ (E12 - Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

É referido pelos entrevistados que a comunidade durante o processo de capacitação irá também ganhar motivação para se tornar mais participativa. É mencionado que:

“(…) O que se pretende é fazer uma melhor gestão dos recursos que existem para (...) garantir a longevidade da atividade deles. (...) Na apresentação do Vau o ano passado, quando apresentaram o relatório final do tal estudo sobre a amêijoia japónica, [reforcei] que eles estão sensibilizados, que eles estão motivados, eles colaboram muito” (E6- Dirigente e utilizador(a) da lagoa).

Capítulo 5 - Discussão

5.1 Principais Conclusões

O objetivo desta investigação foi analisar as percepções da comunidade local da Lagoa de Óbidos em relação a uma possível implementação de um processo de cogestão e identificar quais as dimensões de capacitação a serem trabalhadas neste processo de governança.

A análise às entrevistas realizadas na Lagoa de Óbidos mostrou diversas inquietações relativas à governança local e à forma como esta é trabalhada pelos vários *stakeholders* inquiridos. À luz do que é discutido por Armitage *et al.* (2019) e Ainsworth *et al.* (2020), os entrevistados referem que um dos maiores desafios de governança local é a não existência de um planeamento que inclua todos os *stakeholders*, referindo mesmo que não existe qualquer tipo de gestão na Lagoa de Óbidos. O não envolvimento de todos os *stakeholders* neste processo é identificado como um ponto fraco, que leva e torna a discussão de diferentes perspetivas complicada, deve ser desenvolvido um grau de cooperação entre todos para que seja possível encontrar as melhores soluções para os envolvidos, bem como a convergência de objetivos para a lagoa à luz do que é discutido por Ainsworth *et al.* (2020). Esta questão levanta-se devido à existência de muitas entidades diferentes a gerir o mesmo local, duas Câmaras Municipais, quatro Juntas de Freguesia e ainda algumas organizações locais que afirmaram ser importante o seu envolvimento em todo o processo.

A falta de comunicação entre as entidades, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e a comunidade foi referida como sendo um dos pontos que causa maior ruptura e complicações na altura de tomada de decisão. Armitage *et al.*, (2019) aborda este tema como sendo causa para uma menor inclusão da comunidade na tomada de decisão, quando o objetivo de uma governança participativa é que a comunidade desempenhe um papel ativo e central.

Apesar disso, os entrevistados referiram que a participação tem vindo a melhorar nos últimos anos, dando o exemplo da candidatura a sítio RAMSAR onde as várias instituições políticas tiveram de se unir e com a ajuda da Associação PATO trabalhar na preparação da candidatura. Autores como Bennet *et al.* (2017), Prado (2022) e Salerno *et al.* (2020), apoiam a ideia de que a comunidade deve ir no sentido de melhoria da comunicação. Apesar do exemplo referido sugerir uma melhoria na participação de *stakeholders* em processos de elaboração de propostas que vão

impactar a comunidade, verificou-se que há um grande investimento a ser feito no sentido de envolver mais *stakeholders*..

No modelo de governança pós 2020, a comunicação e a articulação entre todos os intervenientes é várias vezes destacada como solução para problemas relacionados com conflitos (e.g. Armitage *et al.*, 2019; Ainsworth *et al.*, 2020). Durante as entrevistas, os conflitos existentes na lagoa foram várias vezes abordados, sendo possível enumerar dois conflitos principais: entre os pescadores comerciais e os lúdicos, bem como entre os pescadores comerciais e os praticantes de alguns desportos náuticos.

O conflito entre pescadores profissionais e “pescadores lúdicos intensivos”¹² deve-se ao facto de os profissionais terem regras que têm de ser obrigatoriamente cumpridas enquanto que os pescadores lúdicos apenas precisam de tirar uma licença no multibanco para poderem pescar naquele local (de forma não comercial, ou seja, sem poderem retirar lucro dessa atividade). O estudo de Oliveira (2013) reflete sobre conflitos semelhantes aos descritos pela comunidade da Lagoa de Óbidos numa comunidade a noroeste da Galiza. Nesse caso, a pesca ilegal e a venda a restaurantes, levou a um desequilíbrio económico. Esta venda direta ao consumidor fez com que o produto sofresse variações de preço que afetaram diretamente os pescadores profissionais

O conflito entre pescadores e praticantes de desportos náuticos (nomeadamente *kitesurf* e *windsurf*), foi apresentado como sendo de grau complexo de resolução, pois ambos fazem a mesma utilização temporal da lagoa. As queixas são feitas de ambas as partes, os pescadores referem a velocidade destes desportos que podem colocar em causa a sua integridade física; já os praticantes de *kitesurf* e *windsurf* falam das artes de pesca que ficam esquecidas dentro da lagoa e das linhas de cana estendidas que incomodam a prática do desporto. Num caso semelhante em Zanzibar, *stakeholders* entrevistados propuseram a criação de um comité que regulamentasse a prática de *kitesurf* em Paje, uma vila costeira. Este comité ficaria responsável por cobrar uma taxa aos praticantes do desporto e o dinheiro recolhido seria posteriormente investido na manutenção da área (Walczak & Levine, 2016).

Tal como o caso da África do Sul, onde o não envolvimento inicial de *stakeholders* trouxe complicações para o processo de tomada de decisão (Armitage *et al.*, 2019), é importante que o acesso dos *stakeholders* a momentos de tomada de decisão seja efetivo para aumentar a

¹² Este termo é utilizado pelos mariscadores profissionais quando se referem a mariscadores lúdicos que apanham quantidades acima do permitido por lei

transparência do processo (Armitage *et al.*, 2019). Para além disso, poderá permitir trabalhar no sentido de resolução de conflitos, pois, segundo estes modelos participativos, as leis e regras locais são construídas entre governo, autoridades, comunidade local e cientistas, trazendo robustez às decisões tomadas (*eg.* Armitage *et al.*, 2019; Mcgreavy *et al.*, 2018).

O modelo de governança participativo abordado durante a recolha de dados foi a cogestão. Todos os entrevistados afirmaram que seria uma boa solução de governança para a Lagoa de Óbidos. O que surgiu como dilemático a este propósito, sendo mesmo um dos temas mais divisivos entre os entrevistados, foi se faria sentido avançar para uma cogestão de pescaria, ou para uma cogestão de área. A cogestão de pescaria trabalha para a proteção de uma espécie e valorização da atividade, uma cogestão de área pressupõe um trabalho interatividades. Importa salientar que, embora os entrevistados não tenham mencionado este aspeto, possivelmente por desconhecimento, no caso da comunidade querer avançar para uma cogestão de pescaria esta tem já enquadramento legal para avançar (DL n°73/2020), à semelhança do que acontece com a apanha de percebe na RNB e com a pesca do polvo no Algarve. No caso de a comunidade ter interesse em avançar para uma cogestão de área existem desafios, como a não existência de enquadramento legal.

Uma das preocupações demonstradas pelos entrevistados passa pelas possíveis regras que possam vir a ser aplicadas na lagoa. No entanto, a verdade é que alguns entrevistados olham para este modelo como uma oportunidade de procurar um equilíbrio entre a vertente económica e a conservação da natureza para que as gerações futuras possam usufruir da lagoa como eles hoje usufruem. A proibição de algo não é apontada como solução, mas sim o trabalho para uma adaptação e resiliência da comunidade aos contextos atuais (*e.g.* Prado 2022; Mcgreavy *et al.*, 2018; Oliveira, 2013; WWF, 2015). É relevante sublinhar que o objetivo de um modelo de governança participativo passa por decisões em consenso, ou seja, em que a maioria dos intervenientes encontram-se à vontade e consegue viver com as decisões tomadas, fugindo a modelos de governança de cima para baixo e colocando a comunidade no centro da tomada de decisão.

Tal como foi demonstrado por Chuenpagdee & Jentoft (2007), Mcgreavy *et al.* (2018), Armitage *et al.* (2019) e Salerno *et al.* (2020), os entrevistados referem que o envolvimento de todos os *stakeholders* num processo de cogestão é essencial para a criação de união de grupo e responsabilização das decisões tomadas. O facto de um modelo de cogestão ser um modelo participativo, implica um trabalho conjunto de todos os interessados. É importante refletir que,

consoante o modelo que a comunidade escolher para ser implementado na lagoa, os *stakeholders* chave poderão ser alterados. No caso da Lagoa de Óbidos, esta questão é ainda mais importante pois não existe consenso entre os entrevistados sobre qual o modelo a ser implementado, por um lado a cogestão de área é defendida por existirem muitas atividades a serem trabalhadas na lagoa, como o turismo, desportos náuticos e pesca. Por outro lado, a cogestão de uma pescaria, centrada na exploração de um único recurso, que surge depois de alguns entrevistados referirem que seria complexo trabalhar num modelo de cogestão interatividades. Sempre que se abordou a cogestão de uma pescaria, a referida pelos participantes foi a apanha de bivalves porque é que apresenta mais problemas relacionados com as toxinas.

Unânime é o facto de que se não existirem motivação e interesse dos *stakeholders*, o processo não inicia (*e.g.* Chuenpagdee & Jentoft, 2007; Mcgreavy *et al.*, 2018). A vontade tem de surgir da maioria, com parcerias para preparar, construir e solidificar o processo na sua fase inicial (*e.g.* Armitage *et al.*, 2019; Mcgreavy *et al.*, 2018). Para a Lagoa de Óbidos parece que estes *stakeholders* chave são os pescadores, por serem os mais beneficiados com o possível avanço do processo de cogestão e, como referido por alguns entrevistados, sem a vontade dos mesmos o processo não terá sucesso.

Um dos objetivos da cogestão é trabalhar para a diminuição de ameaças e conflitos. Como referido anteriormente, os dois principais conflitos identificados durante a recolha de dados foram entre os pescadores profissionais e os pescadores lúdicos e entre os pescadores profissionais e os desportos náuticos. É referido que na Lagoa de Óbidos a fiscalização é muito reduzida ou quase inexistente devido à falta de recursos humanos disponíveis. Foram identificados os vários pontos onde a fiscalização deveria ser melhorada: o controlo da vinda de pescadores externos à lagoa [lúdicos], a apanha ilegal noturna, controlo das licenças atribuídas (foi defendido que as licenças deveriam ser limitadas aos concelhos de Óbidos e Caldas da Rainha). Relativamente aos desportos náuticos, não se abordou tanto a questão da fiscalização mas sim regras de utilização.

Observando todas as questões levantadas, os entrevistados demonstraram interesse relativamente ao avanço da cogestão na zona da Lagoa de Óbidos, existindo uma disparidade de opiniões, essencialmente, no que diz respeito à questão sobre que modelo deve ser desenvolvido. O que os membros da comunidade inquiridos esperam de um processo de cogestão é a continuação da melhoria da comunicação entre todos os *stakeholders*, o aumento de fiscalização para controlo da pesca lúdica e ainda apoio para a criação de regras sobre utilização da lagoa o aumento da

fiscalização pode ajudar a controlar os dois últimos problemas e números como é referido dos exemplos (*e.g.* Mcgreavy *et al.*, 2018; Oliveira, 2013). Para além dos aspetos já referidos, os entrevistados realçaram ainda a importância da realização de dragagens, que acontecem com um grande espaçamento de tempo e que têm graves impactos na dinâmica da lagoa. A realização das dragagens tem impacto no nível de toxinas dos bivalves, o que pode levar ao fecho da pescaria, por vezes, por tempo indeterminado. Como foi possível ilustrar, estas questões foram apontadas como essenciais para que a comunidade se sinta envolvida e motivada para o avanço de um modelo participativo.

A capacitação é um passo essencial para o avanço de um modelo participativo. Foi possível verificar que estes momentos de capacitação vão ao encontro da procura da comunidade de ser mais autossuficiente e de uma menor dependência de fatores externos (*e.g.* Barbosa, 2017; Pomeroy *et al.*, 2001).

A capacitação pode ser desenvolvida em duas vertentes, uma a nível individual e outra ao nível da comunidade. As entrevistas realizadas na Lagoa de Óbidos identificaram como essencial a capacitação a nível individual, referindo a importância dos mariscadores terem consciência e conhecimentos sobre os recursos que existem e o seu estado, a identificação de zonas onde é possível realizar a pesca e em que alturas esta pode ser realizada, ou seja, o aumento do conhecimento teórico-científico e a criação de um espaço de partilha dos conhecimentos dos mariscadores. A capacitação da comunidade irá permitir trabalhar problemas estruturais. Foi mencionado, várias vezes, como um passo importante no sentido de empoderar a comunidade, tornando-a mais autónoma, permitindo um maior conhecimento para criação de sinergias. A criação de ligações entre atividades é abordado como sendo um processo complexo, pois como já foi descrito anteriormente, a existência de conflitos traz tensões entre os vários utilizadores. Apesar da existência de tensões, o debate sobre os conflitos existentes é importante para a reflexão e procura por soluções (Ainsworth *et al.*, 2020). Uma situação semelhante ocorreu no Lago Racken na Suíça, onde a capacitação a nível individual levou a uma comunidade mais capacitada, para que fossem implementadas estratégias que permitiram reverter a acidificação do lago e assim proteger a sua biodiversidade e o principal produto de pesca local (Olsson *et al.*, 2004).

É também importante criar espaços onde os participantes possam ter segurança para expressar as suas ideias, inquietações e possíveis propostas para resolução de problemas. Através da realização de mesas redondas, *workshops*, participação em reuniões dá-se oportunidade às

comunidades que antes não eram ouvidas de desempenharem um papel central na tomada de decisão. É importante sublinhar que os problemas abordados devem ser transversais à comunidade e não podem afetar apenas uma pequena parte da comunidade (e.g. Chuenpagdee & Jentoft, 2007; Oliveira, 2013).

No caso de Moçambique, a comunidade reuniu com instituições políticas para delinear qual a melhor estratégia para uma paragem da pesca naquele local. A autonomia demonstrada e o conhecimento que desenvolveram foi de grande importância para uma tomada de decisão consciente e que promovesse a conservação da natureza (e.g. Chuenpagdee & Jentoft 2007).

O estudo de Mcgreavy *et al.* (2018) corrobora os resultados obtidos nesta tese, abordando a importância da ligação entre uma universidade no Maine e a comunidade. A aproximação permitiu trabalhar problemas estruturais da comunidade e que poderiam colocar em causa a pescaria local. É importante aliar ao conhecimento local e o conhecimento científico, pois permite uma visão mais concreta sobre o estado dos recursos naturais existentes na lagoa, fornecendo assim dados suficientes para uma melhor tomada de decisão (e.g. Aisnworth *et al.* 2020; Prado 2022).

Abordado na literatura, é importante mencionar as limitações da capacitação ligada à cogestão de pescas. Segundo os estudos de Prado (2022), Jentoft (2005) e Pomeroy *et al.* (2001), o processo de capacitação da comunidade deve estar ligado ao contexto social, económico, político e cultural, para que não haja resistência ao modelo. O facto de ter existido dificuldade em recrutar entrevistados junto da comunidade piscatória pode indiciar que este grupo tem estado mais afastado dos fóruns de decisão. É relevante ainda referir que estes modelos de cogestão não pretendem que o indivíduo e a comunidade sejam capacitados para uma autogestão, mas sim para uma gestão partilhada, ou seja deve ter-se sempre em consideração possíveis questões relacionadas com a redistribuição correta do poder e não o fornecimento de mais poder às instituições que já o tinham (Jentoft, 2005; Pomeroy *et al.*, 2001).

Para concluir, o envolvimento de *stakeholders* como a sociedade civil, ONGs, autoridades e cientistas, é visto como algo a melhorar para uma comunicação mais clara, transparente e inclusiva (e.g. Bennet *et al.* 2007; Mcgreavy *et al.*; 2018, Jentoft, 2005). Um dos principais processos que foi referido como tendo melhorado estas questões foi a candidatura a zona RAMSAR, onde, de forma inédita, várias entidades com poder político na lagoa e uma ONGA, se juntaram na preparação da candidatura. A verdade é que o resto da comunidade não foi inserida na ideação da proposta, continuando assim de fora do processo.

Ao longo das entrevistas foram referidos dois conflitos, entre pescadores profissionais e “pescadores lúdico intensivos”, e entre pescadores profissionais e praticantes de desportos náuticos, ambos os conflitos necessitam de uma melhoria na articulação entre as diferentes partes interessadas e o aumento de fiscalização. É aqui que a comunidade olha para a cogestão como uma possível solução de forma a gerir melhor os conflitos entre os utilizadores da lagoa.

Durante a realização de entrevistas foi possível perceber que as grandes vantagens apontadas à cogestão, seriam a possibilidade de reunir todos os interessados à volta da mesma mesa para trabalharem em conjunto para a resolução de problemas e conflitos. Identificada foi também a importância de construir momentos de capacitação tanto a nível individual como a nível coletivo. A motivação foi referida como essencial para garantir a participação em momentos de aprofundamento de conhecimento e espaço para a criação de sinergias.

5.2 Limitações e pesquisa futura

Este estudo não se encontra isento de limitações, o primeiro aspeto é o facto de o estudo ter sido realizado por uma pessoa externa à comunidade, representante de uma entidade pró-conservação da natureza, e com a qual houve apenas contactos pontuais, pelo que as respostas obtidas devem ser interpretadas à luz desta interação (Thomson & Gunter, 2011). Para a recolha de dados e para ser possível fazer uma transcrição integral do que cada entrevistado afirmou, foi utilizado um gravador; no início das entrevistas, o gravador demonstrou ser uma dificuldade na fluidez da conversa, sendo que com o decorrer da mesma a sua presença acabava por ser esquecida. Sempre que o entrevistado referiu que não queria que aquela declaração estivesse gravada a gravação era imediatamente interrompida, voltando-se a ligar o gravador assim que fosse dada permissão.

De referir, que a amostra não é totalmente representativa da comunidade da Lagoa de Óbidos, pois à medida que se foi avançando no tempo as pessoas que responderam ao pedido de entrevistas eram principalmente autarcas, dirigentes, técnicos de ONGs e cientistas. Devido a escassez de tempo e recursos disponíveis tornou-se um grande desafio conseguir entrar em contacto com um grupo alargado de mariscadores. A somar a esta questão, é importante referir o facto de se sentir uma falta de sentido de comunidade à volta da lagoa. Por exemplo a não existência de um local onde pescadores e utilizadores se juntem como em outras comunidades como por exemplo a comunidade piscatória de Sesimbra, a ausência de uma sede física da associação de mariscadores

por não ser possível escolher qual a zona da lagoa para a localizar e, por último, a ausência de um local onde os mariscadores se juntem para fazer o desembarque do pescado, onde falem, troquem informações e experiências entre eles, sugerem uma reduzida coesão deste grupo.

Outra das limitações relaciona-se com a natureza da amostra, uma vez que parte dos entrevistados, como autarcas de câmaras municipais e juntas de freguesia, já se encontram envolvidos no processo de governança de cima para baixo. Assim, seria importante o envolvimento de outros *stakeholders* que não estivessem envolvidos diretamente em processos de tomada de decisão.

Para a realização deste trabalho foram realizadas entrevistas a grupos que respondiam a contactos efetuados via *email*, pelo que algo a considerar num estudo futuro é assegurar a representatividade de alguns grupos de *stakeholders*, como pescadores profissionais e lúdicos e escolas de desportos náuticos que não foi possível contactar por esta via. Verificou-se que alguns grupos deveriam ter maior atenção, como as mulheres locais pois muitas vezes são esquecidas em processos participativos (Armitage *et al.*, 2019) e que deveriam ter mais contribuições individuais, como os pescadores, moradores que não desempenham qualquer tipo de atividade na lagoa, bem como os utilizadores de desportos náuticos. Seria interessante num futuro estudo realizar um trabalho de campo mais significativo, inserir uma pessoa na comunidade que fosse ganhando a confiança das diferentes comunidades.

Este trabalho fornece informação sobre uma fase inicial de um processo para uma possível implementação de um modelo participativo. Num futuro trabalho seria interessante perceber se o processo de capacitação teve impactos na comunidade ao longo do tempo, se esta se encontra mais empoderada e a participação em momento de decisão aumentou.

Seria também interessante perceber se a comunidade da lagoa avançou para um modelo participativo, e qual o modelo que a comunidade acabou por escolher, bem como perceber quais os impactos que essa escolha teve na comunidade e analisar se sentem diferença no pré e pós modelo participativo.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, G. B., Redpath, S. M., Wilson, M., Wernham, C., & Young, J. C. (2020). Integrating scientific and local knowledge to address conservation conflicts: Towards a practical framework based on lessons learned from a Scottish case study. *Environmental Science & Policy*, 107, 46-55.
- Armitage, D. R., Plummer, R., Berkes, F., Arthur, R. I., Charles, A. T., Davidson-Hunt, I. J., ... & Wollenberg, E. K. (2009). Adaptive co-management for social–ecological complexity. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 7(2), 95-102.
- Armitage, D., Mbatha, P., Muhl, E., Rice, W., & Sowman, M. (2019). Governance principles for community-centered conservation in the post-2020 global biodiversity framework. *Conservation Science and Practice*, 2(160), 1-18.
- Baptista, C. (2005). Faina na Lagoa: Os Pescadores e Mariscadores da Lagoa de Óbidos. Leader Oeste.
- Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E., & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*, 2, 13-36.
- Barbosa, M. (2017). Empoderamento de Indivíduos e comunidades: A educação face à produção de vulnerabilidades. *Paideia*, 60, 13-23.
- Bennett, N. J., Roth, R., Klain, S. C., Chan, K. M., Clark, D. A., Cullman, G., ... & D., Wyborn, C. (2017). Mainstreaming the social sciences in conservation. *Conservation Biology*, 31(1), 56-66.
- Berkes, F. (2004). Rethinking community-based conservation. *Conservation biology*, 18(3), 621-630
- Berkes, F. (2009). Evolution of co-management: role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. *Journal of Environmental Management*, 90(5), 1692-1702.
- Castro, E., & de Oliveira, U. T. V. (2022). A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. *Entretextos*, 22(3), 25-45.
- Chuenpagdee, R. & Jentoft, S. (2007). Step zero for fisheries co-management: What precedes implementation. *Marine Policy*, 31, 657-668.

- Drury, J., Evripidou, A., & Van Zomeren, M. (2014). Empowerment: The intersection of identity and power in collective action. In *Power and Identity* (pp. 94-116). Psychology Press.
- Foddy, William. (1996). *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta.
- Hurlbert, M., & Gupta, J. (2015). The split ladder of participation: A diagnostic, strategic, and evaluation tool to assess when participation is necessary. *Environmental Science & Policy*, 50, 100-113.
- Islam, M. W., Ruhanen, L., & Ritchie, B. W. (2018). Adaptive co-management: A novel approach to tourism destination governance?. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 37, 97-106.
- Jentoft, S., McCay, J., & Wilson, D. (1998). Social theory and fisheries co-management. *Marine Policy*, 22 (4-5), 423-436.
- Jentoft, S. (2005). Fisheries co-management as empowerment. *Marine Policy*, 29, 1-7.
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e sociedade*, 18 (4), 733-743.
- Koralagama, D., Gupta, J., & Pouw, N. (2017). Inclusive development from a gender perspective in small scale fisheries. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 24, 1-6.
- Lowe, A. (2001). *Methodology, method and meaning in field research: Intensive versus extensive research styles in management accounting*, Universidade de Waikato.
- Matachi, A. (2006). *Capacity building framework*. United Nations Economic Commission for Africa.
- McGreavy, B., Randall, S., Quiring, T., Hathaway, C. & Hillyer, G. (2018). Enhancing adaptive capacities in coastal communities through engaged communication research: Insights from a statewide study of shellfish co-management. *Ocean and Coastal Management*, 163, 240-253.
- Mouro, C., Santos, T., & Castro, P. (2018). Past-present discontinuity in ecological change and marine governance: An integrated narrative approach to artisanal fishing. *Marine Policy*, 97, 163-169.
- Nunes, G. C., Nascimento, M. C. D., & de Alencar, M. A. C. (2016). Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. *Revista de psicologia*, 10(29), 144-151

- Oliveira, L. P. (2013). Fishers as advocates of marine protected areas: a case study from Galicia (NW Spain). *Marine policy*, 41, 95-102.
- Olsson, P., Folke, C., & Berkes, F. (2004). Adaptive comanagement for building resilience in social–ecological systems. *Environmental management*, 34, 75-90.
- Perkins, D. (2010). *Political and Civic Leadership: A Reference Handbook*. Sage.
- Pomeroy, R., Katon, B., & Harkes, I. (2001). Conditions affecting the success of fisheries co-management: lessons from Asia. *Marine Policy*, 25, 197-208.
- Prado, D., Seixas, C., & Trimble, M. (2022). Catalytic and structural factors behind advancements of co-management in protected areas: Contributions for its evaluation. *Journal of Environmental Management*, 31 (1) 115825.
- Raicevich, S., Alegret, J.-L., Frangoudes, K., Giovanardi, O., & Fortibuoni, T. (2018). Community-based management of the Mediterranean coastal fisheries: Historical reminiscence or the root for new fisheries governance? *Regional Studies in Marine Science*, 21, 86-93.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Revista Evidência*, 4(4).
- Salerno, J., Andersson, K., Bailey, K. M., Hilton, T., Mwaviko, K. K., Simon, I. D., ... & Hartter, J. (2021). More robust local governance suggests positive effects of long-term community conservation. *Conservation Science and Practice*, 3(1), e297.
- Thomson, P., & Gunter, H. (2011). Inside, outside, upside down: The fluidity of academic researcher ‘identity’ in working with/in school. *International Journal of Research & Method in Education*, 34(1), 17-30.
- Vasconcelos, L., Pereira, M., Caser, U., Gonçalves, G., Silva, F., & Sá, R. (2013). MARGov - Setting the ground for the governance of marine protected areas. *Ocean & Coastal Management*, 72, 46-53.
- Walczak, J., & Levine, I. (2016). *Intertidal Interactions: Stakeholder Relationships Arising from Kitesurfing in Paje, Zanzibar*. Independent Study Project (ISP) Collection.
- Wiggins, N., Kaan, S., Rios-Campos, T., Gaonkar, R., Morgan, . R., & Robinson, J. (2013). Preparing community health workers for their role as agents of social change: Experience of the community capacitation center. *Journal of Community Practice*, 21(3), 186-202.

WWF. (2015). Projeto Co-Pesca: cenários para um processo de cogestão das pescas no eixo Peniche-Nazaré. Publicado a 13 de outubro de 2015.
https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/relatoriofinal_proj_co_pesca.pdf

Anexo A- Mapa da Lagoa de Óbidos



© Filipe Dias

Anexo B- Guião de entrevista

Apresentação do Projeto Co-Pesca Lagoa Óbidos

A realização destas entrevistas iniciais (Fase 1) são de grande importância porque dão início ao processo de análise do potencial da cogestão da Lagoa de Óbidos. Para que isto seja possível, irá ser realizada uma caracterização do entrevistado, perceber de que forma é realizada a gestão da lagoa atualmente (pontos fortes e fracos) e como veem sua a gestão nos próximos anos (oportunidades e ameaças), perceber quais são as áreas de utilização dos entrevistados, perceber se conhecem a diferença entre cogestão e uma comissão de acompanhamento, definindo cada uma delas, e enumerar as suas possíveis vantagens e desvantagens, analisar a potencialidade da cogestão na lagoa (podem já ter alguma noção se faz sentido ou não a cogestão naquele local pois podem ter conhecimento, por exemplo, do comité de de cogestão da apanha de percebe da Reserva Natural das Berlengas) e, por último, perceber de que forma a capacitação é algo relevante para tornar a comunidade mais empoderada nos processos de decisão dentro da Lagoa de Óbidos.

Caracterização do *stakeholder*

Em primeiro lugar vou fazer-lhe algumas perguntas para saber um pouco sobre si e a relação que tem com a Lagoa de Óbidos

- Qual o seu nome?
- Qual o seu ano de nascimento?
- Qual o seu estado civil?
- Nasceu na zona circundante da Lagoa de Óbidos?
- Como é constituído o seu agregado familiar?
- Reside na zona da Lagoa de Óbidos?
- Que atividade/profissão desenvolve na ou associada à Lagoa de Óbidos? Pesca profissional e/ou lúdica

Vou agora realizar algumas questões sobre o seu percurso socioprofissional

- Que atividade/profissão desenvolve na ou associada à Lagoa de Óbidos?
- Quando começou a sua vida de pescador/atividade náutica/cientista/autoridade?
- Porque escolheu esta profissão e não outra?
- Já tinha pessoas na sua família a exercer esta profissão (tradição familiar)?
- Tem alguma formação específica?
- O conhecimento foi passado de geração em geração?
- Tem alguma formação específica como a adquiriu?

Agora vão ser realizadas algumas questões sobre a utilização que faz da Lagoa de Óbidos

- Qual a natureza da sua relação com a Lagoa de Óbidos?
- Porque começou a desenvolver a sua atividade profissional na lagoa?
- A Lagoa de Óbidos tem uma grande área de utilização, qual a área que costuma utilizar para desenvolver a sua atividade profissional?
 - ❖ Olhando para a Lagoa de Óbidos no seu todo, que áreas identifica com potencial para a realização da sua atividade?
 - ❖ Já utiliza toda a área? Se não, porquê?
 - ❖ Que outras áreas identifica como tendo potencial para a realização da sua atividade?
- Acha que existem atividades realizadas na Lagoa de Óbidos que entram em conflito?
 - ❖ Se sim, quais?
 - ❖ Se sim, são realizadas na mesma área que utiliza?
 - ❖ Que tipo de conflitos ocorrem ou acha que podem vir a ocorrer? (pedir exemplos concretos)
 - ❖ E em relação à pesca profissional e pesca lúdica?
- Sente necessidade de mais fiscalização na lagoa?

Vou agora pedir-lhe que me responda a algumas questões sobre a Lagoa de Óbidos

- Quais são os pontos fortes que identifica na gestão da Lagoa de Óbidos?
- Quais são os pontos fracos que identifica na gestão da Lagoa de Óbidos?

- Como é possível melhorar o que identifica como pontos fracos?
- No futuro, o que identifica como oportunidade a ser explorada na Lagoa de Óbidos?
- No futuro, quais considera serem as principais ameaças à Lagoa de Óbidos?
- Como é que acha que seria possível mitigar possíveis ameaças na Lagoa de Óbidos nos próximos anos?

De seguida, vão ser realizadas algumas questões relacionadas com modelos de gestão da Lagoa de Óbidos

- Sabe como é feita a governança da Lagoa de Óbidos?
 - ❖ Se sim, quem realiza a governança e como a realiza?
- Acha que as comunidades da Lagoa de Óbidos que vivem e trabalham neste local têm sido envolvidas na sua gestão?
 - ❖ Recorda-se de exemplos em que isso tenha acontecido?
 - ❖ E acha que a opinião da comunidade é tida em consideração?
 - ❖ Se não, como é que poderia ser envolvida neste processo?
- Já ouviu falar da Comissão de acompanhamento da Lagoa de Óbidos (Portaria nº238/2022, 15 de Setembro)?
- Sentiu que tem vindo a existir mudanças desde a implementação da portaria?
 - ❖ Sentiu que tenham existido mudanças desde setembro de 2022?
- Que outras medidas de gestão conhece? Faz sentido aplicar algumas delas na Lagoa de Óbidos?
- Já ouviu falar da cogestão?
 - ❖ Se sim, o que é?
 - ❖ Conhece algum caso onde já foi aplicada?

Para quem não ouviu falar de cogestão é importante fornecer uma pequena definição da mesma: O modelo de cogestão é um processo de governança onde deve existir partilha de poder equitativa entre a comunidade, cientistas e governo. Este modelo permite que as partes interessadas tenham uma voz ativa na tomada de decisão e que esta seja reconhecida. É uma forma nova de fazer gestão partilhada dos recursos naturais, que implica que o Estado deixe de ser o único decisor.

Desde 2020, Portugal, é o único país da Europa que tem legislação nacional para a cogestão através da criação de comités de cogestão (DL 73/2020); desde o final de 2021 que foi criado o 1º Comité de Cogestão, para a Apanha de Percebe da Reserva Natural das Berlengas e está a trabalhar-se no sentido de se criar o 2º Comité de Cogestão. que será relativo à Pesca do Polvo de todo o Algarve.

Vou agora abordar a possibilidade de existir um modelo de cogestão na Lagoa de Óbidos e a vossa percepção sobre o mesmo

- Acha que a cogestão pode ser uma solução de gestão para a Lagoa de Óbidos?
- O que espera de um processo de cogestão?
- Qual o envolvimento que, pessoalmente, poderia ou gostaria de ter num processo de cogestão?
- O que dificulta que os grupos tenham uma voz dentro da comunidade para processos de tomada de decisão?
 - ❖ Que grupos identifica dentro da lagoa que tenham acesso a mecanismos de participação?
 - ❖ Acha que estes grupos que têm acesso têm poder de decisão dentro da lagoa?
 - ❖ Quais são as principais vantagens de participar nestes processos de cogestão?
- Quem - que pessoas, grupos profissionais, entidades, associações - acharia importante fazerem parte deste processo? (e a pesca lúdica? Como, por quem?)
- Identifica grupos dentro da lagoa que teriam dificuldade em ter acesso ou participar neste tipo de reuniões?
 - ❖ Se sim, quais e porquê?
- Considera que as reuniões envolvendo a comunidade trazem vantagens para o bom funcionamento da lagoa?
 - ❖ Se sim, porquê?
 - ❖ Se não, porquê?
- Que vantagens vê neste modelo para melhorar a autonomia da comunidade?
- Que oportunidades acha que podem surgir a nível profissional com a adoção de um modelo participativo?

- Que oportunidades acha que podem surgir para a comunidade com a adoção de um modelo participativo?
- Quais as responsabilidades que podem aparecer com a participação nestas reuniões?
- A cogestão pode ser importante para que as opiniões da comunidade sejam tidas em consideração nos processos de tomada de decisão?
- Que assuntos/questões gostaria que fossem discutidos nestas reuniões?
- Estaria disponível para participar na cogestão?
 - ❖ Se sim, quando é que estaria mais disponível? (dia de semana, horário (manhã, tarde ou noite))
- Que outros contactos acha relevante contactar para a participação neste processo?

Para terminar, gostaria de saber se quer ainda fazer algum comentário sobre algo que não tenhamos aqui falado mas considere importante.